

A DESORDEM DO MUNDO



Artes: Nathalia Nascimento

A crise global desencadeada por Trump, com suas ameaças territoriais, e a Meta, ao abrir brechas para fake news, coloca em xeque a soberania das nações e o futuro da comunicação digital no cenário mundial. O Brasil reage, mas o impacto é vasto

focus
BRASIL

Fundação Perseu Abramo 14 de janeiro de 2024 N° 173

Trump e Meta:
Ameaças e impactos na soberania e na liberdade de expressão

AGU
questiona nova política da Meta e convoca audiência pública

Chacina em Tremembé:
governo atua para garantir justiça e proteção aos assentados

Benedito Mariano:
“Não podemos naturalizar as mortes sistemáticas na periferia.”

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo

Diretor de Comunicação: Alberto Cantalice

Coordenador de Comunicação: Pedro Camarão

Coordenador editorial: Guto Alves

Colaboradores: Claudia Rocha, Fernanda Estima,
Fernanda Otero, Henrique Nunes
e Nathalie Nascimento



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Paulo Okamoto

Vice-presidente: Brenno César Gomes de Almeida

Diretoras: Elen Coutinho, Mônica Valente e Naiara Raiol

Diretores: Alberto Cantalice, Alexandre
Macedo de Oliveira, Carlos Henrique Áraabe,
Jorge Bittar e Valter Pomar

CONSELHO CURADOR

Presidenta: Eleonora Menicucci

Conselheiros: Ana Carolina Moura Melo Dartora, Ana
Maria de Carvalho Fontenele, Arthur Chioro, Azilton
Ferreira Viana, Camila Vieira dos Santos, Celso Luiz Nunes
Amorim, Dilson de Moura Peixoto Filho, Eliane Aquino
Custódio, Elisa Guaraná de Castro, Esther Bemerguy de
Albuquerque, Everaldo de Oliveira Andrade, Fernando
Damata Pimentel, Fernando Dantas Ferro, Francisco José
Pinheiro, Iole Ilíada Lopes, José Roberto Paludo, José Zunga
Alves de Lima, Laís Wendel Abramo, Luciano Cartaxo Pires
de Sá, Luiza Borges Dulci, Maria Isolda Dantas de Moura,
Nabil Georges Bonduki, Nilma Lino Gomes, Paulo Gabriel
Soledade Nacif, Sandra Maria Sales Fagundes, Sergio Nobre,
Tereza Helena Gabrielli Barreto, Vladimir de Paula Brito.

SETORIAIS

Coordenadores: Elisângela Araújo (Agrário),
Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia
e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves
das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França
Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas
(Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane
Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de Melo
(Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer), Janaína
Barbosa de Oliveira (LGBT), Anne Moura (Mulheres),
Nádia Garcia (Juventude) Nilto Ignacio Tatto (Meio
Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares Mendonça
Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência), Eliane Aparecida
da Cruz (Saúde) e Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

CONTATOS

webmaster@fpabramo.org.br

Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana
São Paulo (SP) – CEP 04117-091

Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338

A REALIDADE BRASILEIRA
E OS DESAFIOS DO
PARTIDO DOS TRABALHADORES

PAINEIS PREPARATÓRIOS
DIAS: 5, 12 E 26/11 - ÀS 19H

TEMAS:

- A NOVA REALIDADE BRASILEIRA E OS DESAFIOS DO PT
- O NOVO MUNDO DO TRABALHO
- COMUNICAÇÃO E AS NOVAS FORMAS DE SOCIABILIDADE

EVENTOS HÍBRIDOS **INSCRIÇÕES LIMITADAS**

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO
R. Francisco Cruz, 234
Vila Mariana, São Paulo - SP

ASSISTA EM: [/FundacaoPerseuAbramo](#)

FUNDAÇÃO Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

»» PROGRAMA
Reconexão Periferias

exibido quinzenalmente, às
terças, 17h no canal da FPA

▶ **ACOMPANHE :** [/FundacaoPerseuAbramo](#)

RECONEXÃO PERIFÉRIAS

FUNDAÇÃO Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores



Reprodução

TENSIONAMENTO GLOBAL

Com sua política expansionista e revanchista, Trump promete mudanças profundas nas relações globais, afetando desde a Groenlândia até o Panamá e o Canadá. Além disso, as decisões de Mark Zuckerberg, dono da Meta, de descontinuar o programa de verificação de fatos e permitir a disseminação de fake news, geram ainda mais preocupações sobre o poder das big techs. **pág. 05**

CARTA AO LEITOR

Excesso de ortodoxia do Banco Central encarece a dívida e atrapalha crescimento

pág. 04

TENSIONAMENTO

Nova política da Meta ameaça soberania e preocupa governos

pág. 05

NO BRASIL

AGU questiona nova política da Meta e convoca audiência pública

pág. 08

EDUCAÇÃO

“Um ato de respeito ao futuro”: Lula sanciona lei que regula celulares nas escolas

pág. 09

ENTREVISTA

Benedito Mariano: “Não podemos naturalizar as mortes sistemáticas na periferia”

pág. 11

ECONOMIA

Afinal, o Brasil melhorou? Os números mostram que sim

pág. 19

BALANÇO

2º ano de Lula 3 traz índices econômicos positivos e desafios políticos

pág. 22

ARTIGO

Quem apostar contra Brasil que está ressurgindo irá perder

pág. 25

CRIME

Chacina em Tremembé:

governo federal atua para garantir justiça e proteção aos assentados

pág. 28

ARTIGO

Desafios às forças progressistas em 2025, por Frei Betto

pág. 31

LUTA POLÍTICA

Curso de História e Política da FPA tem aula inaugural com Zé Dirceu

pág. 34

FORMAÇÃO

Curso sobre “modo petista de ação parlamentar” está com inscrições abertas

pág. 35

CULTURA

Ainda Estou Aqui e o retorno do público às salas de cinema

pág. 38



Pixabay

Excesso de ortodoxia do Banco Central encarece a dívida e atrapalha crescimento

Alberto Cantalice, diretor da Fundação Perseu Abramo, analisa os avanços e desafios do governo Lula, destacando conquistas sociais e econômicas rumo a 2026

Alberto Cantalice

O presidente Lula, em uma fala no final de 2024, afirmou que os dois primeiros anos de seu governo de União e Reconstrução foram dedicados à semeadura e reconstrução, enquanto os próximos anos de seu mandato (2025/2026) serão a hora de colher os resultados.

Muito já foi realizado nesses anos iniciais. O principal destaque foi o desnudamento e a completa elucidação da tentativa de golpe de Estado,

levado a cabo por militares e civis, cujo objetivo era anular os resultados das urnas de 2022 e assassinar Lula, Alexandre de Moraes e Geraldo Alckmin.

Outro marco significativo foi a recuperação da economia, com a aprovação da PEC dos Pobres, que viabilizou a inclusão no orçamento da União do auxílio emergencial de R\$ 600, posteriormente transformado no Bolsa Família, com o acréscimo de R\$ 120 por criança de até seis anos.

O não provisionamento orçamentário para esses valores durante o governo anterior evidencia duas possíveis alternativas: caso Bolsonaro ti-

vesse sido reeleito, o programa seria extinto ou o valor seria reduzido para R\$ 200, como propunha originalmente Paulo Guedes durante a pandemia. Vale lembrar que o aumento para R\$ 600 foi fruto de intensa pressão da oposição à época.

O crescimento econômico e a robustez do PIB nesses dois primeiros anos desacreditaram as previsões do mercado, que errou seguidamente e surpreendeu os “analistas” da mídia empresarial e os porta-vozes do neoliberalismo. Mesmo com os desafios impostos pela crise climática — que inundou o Rio Grande do Sul, provocou seca na Amazônia e incêndios no Pantanal —, e com o suporte bilionário do governo federal para mitigar esses impactos, a economia manteve-se resiliente.

Naturalmente, essas condições climáticas afetaram a safra e a produção de carnes e derivados, já que as regiões impactadas são grandes polos produtores. Ainda assim, o mercado foi aquecido pelo aumento do emprego, pela eliminação da fila no INSS e pela ampliação de programas sociais, que injetaram recursos significativos na economia. Essa movimentação gerou um leve aumento na inflação. Já no final do ano, a realização de lucros por empresas transnacionais e certa especulação com a moeda contribuíram para a desvalorização do real e a alta do dólar.

O “remédio” aplicado pelo Banco Central — o aumento da taxa de juros —, além de excessivamente ortodoxo, encarece a dívida pública e amplia o desembolso necessário para sua rolagem pelo Tesouro Nacional. Trata-se de uma solução inadequada que contrai investimentos e dificulta o crescimento econômico.

O compromisso com o novo arcabouço fiscal, como ressaltou o presidente Lula em um evento recente ao lado do ministro Fernando Haddad, será determinante para o sucesso do governo até 2026.

Esse é o caminho! ■



Trump e Meta: Ameaças e impactos na soberania e na liberdade de expressão

Ameaças geopolíticas e mudanças nas plataformas digitais desafiam soberania e liberdade de expressão no Brasil

Redação Focus Brasil

Antes de reassumir a presidência dos Estados Unidos, Donald Trump já movimentou o cenário internacional com declarações que vão de ameaças territoriais a propostas de atropelamento econômico. O líder da extrema-direita, com sua política expansionista e revanchista, promete mudanças profundas nas relações globais, afetando desde a Groenlândia até o Panamá e o Canadá. Suas declarações

podem impactar diretamente as relações bilaterais entre Brasil e Estados Unidos, além de complicar negociações com China e União Europeia.

Além disso, as decisões de Mark Zuckerberg, dono da Meta, de descontinuar o programa de verificação de fatos e permitir a disseminação de fake news, geram ainda mais preocupações sobre o poder das big techs. A empresa, que controla plataformas como Facebook, Instagram e WhatsApp, alinha-se a políticas extremistas de Trump, sinalizando um governo com forte influência de bilionários, como Elon

Musk, que ocupará um cargo de destaque no novo governo dos EUA.

Diante disso, o governo brasileiro reagiu e decidiu protocolar uma notificação extrajudicial à Meta, exigindo esclarecimentos sobre os impactos das mudanças nas suas políticas digitais, especialmente no Brasil. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em reunião com ministros e assessores, reafirmou a soberania nacional e deixou claro que todas as empresas devem respeitar a legislação brasileira. O ministro Rui Costa, da Casa Civil, expressou preocupação com a ausência de contro-

le de conteúdo, o que pode afetar gravemente a sociedade brasileira.

Em um evento no Palácio do Planalto, Lula também criticou a proposta de permitir que a comunicação digital seja tratada de forma mais leniente do que a comunicação tradicional. O presidente destacou que qualquer conteúdo ilegal ou nocivo deve ser tratado com seriedade, independente da plataforma, e defendeu que cada país deve manter sua soberania em relação às suas leis e normas. O governo também anunciou que abrirá um diálogo com a sociedade e as entidades representativas para discutir os impactos dessas mudanças.

A situação foi abordada em uma ligação entre os presidentes Lula e Emmanuel Macron, onde ambos concordaram que liberdade de expressão não significa liberdade para espalhar mentiras, preconceitos e ofensas. Eles discutiram uma possível parceria para combater a desinformação e fake news, um tema sensível no Brasil após recentes boatos sobre impostos e taxações, além da disseminação de notícias falsas. Sidônio Palmeira, o novo ministro da Secom, terá como desafio reverter esse cenário.

Resposta da Meta à AGU

Após a notificação do governo brasileiro, a Meta se posicionou por meio de um documento, no qual reafirmou seu compromisso com a liberdade de expressão. No entanto, a empresa ressaltou que continuará removendo conteúdos violentos ou prejudiciais para menores de idade. A Meta também explicou que as “notas da comunidade” – uma nova funcionalidade para avaliar informações falsas – será testada inicialmente nos Estados Unidos antes de ser expandida para outros países.

A Meta reconheceu que algu-



Trump e Elon Musk: mais que amizade, mais que negócios

GettyImages

mas de suas políticas anteriores restringiram o debate legítimo e afirmou que as mudanças visam corrigir essa limitação. O CEO Mark Zuckerberg afirmou que o objetivo é permitir que os usuários se expressem livremente, sem comprometer a segurança dos usuários ou permitir a disseminação de conteúdo danoso.

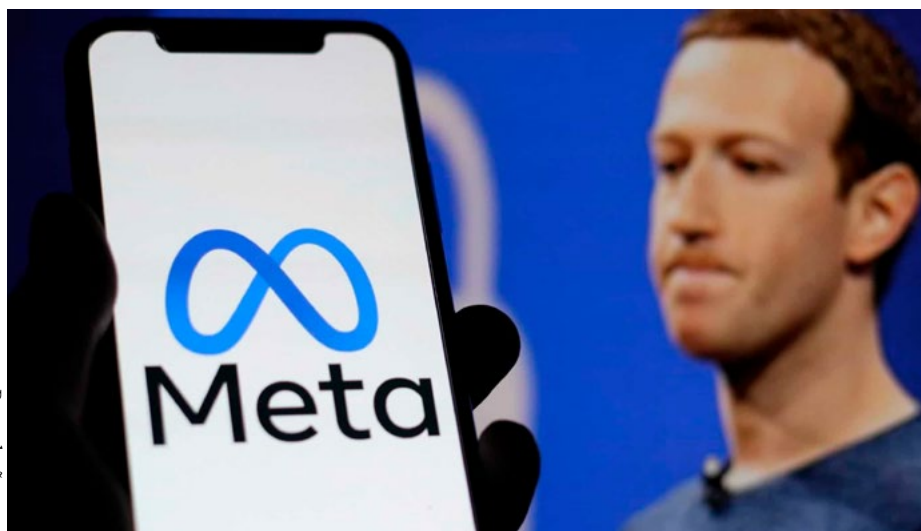
Impactos para o Brasil e soberania nacional

No Brasil, a decisão da Meta gerou reações do governo, que solicitou esclarecimentos sobre como as novas políticas afetarão o país. O governo brasileiro está preocupado com a possibilidade de que a falta de moderação de conteúdo possa impactar a sociedade e prejudicar a luta contra a desinformação. A AGU exigiu que a Meta explique como as mudanças se alinham com as leis brasileiras, especialmente em relação à proteção dos cidadãos e à soberania nacional.

Repercussões geopolíticas: As ameaças de Trump

Enquanto isso, Trump já sinaliza uma postura agressiva em relação a países como a Groenlândia, o Panamá e o Canadá. O presidente eleito declarou que pode usar força militar para controlar a Groenlândia e o Canal do Panamá, além de impor tarifas ao Canadá caso o país não resolva questões como o tráfico de drogas. Trump também cogitou a anexação do Canadá, um país vizinho com o qual os EUA nunca tiveram tensões significativas. Essas ameaças refletem a postura expansionista e agressiva do novo governo dos Estados Unidos, que também deve afetar a dinâmica geopolítica global.

Em resposta, o Panamá e a Dinamarca reafirmaram sua soberania sobre o Canal e a Groenlândia, respectivamente. A postura de Trump, além de aumentar as tensões econômicas e políticas, coloca em risco a estabilidade das relações internacionais. ■



Nova política da Meta ameaça soberania e preocupa governos

Falta de checagem, derrubada de filtros em discursos de ódio e um claro alinhamento político à extrema direita motivam reações contrárias às mudanças anunciadas por Zuckerberg

Redação Focus Brasil

Não é apenas a previsão de que as redes sociais devem se tornar um ambiente, cada vez mais, hostil com a derrubada da checagem e a adoção do sistema de Notas da Comunidade (modelo inspirado no funcionamento da plataforma X e adotado nas redes da Meta) que preocupa governos de diferentes países. Por enquanto, segundo a empresa, essa alteração ainda não está disponível globalmente, apenas nos Estados Unidos.

Apesar do fim da checagem independente ser central nos discursos oficiais, há outros pontos do anúncio que representam mudanças significativas e que já

estão em processo de implementação.

É o caso das recomendações de conteúdo político que, após perderem espaço nos últimos anos, voltam à cena. Nesse sentido, a partir do novo algoritmo, os usuários devem perceber nas próximas semanas um aumento de conteúdo de caráter político, muitas vezes provenientes de contas das quais não são seguidores, nos feeds das três redes controladas pela empresa.

Para o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, o FNDC, o anúncio da Meta não se limita a uma nova política de moderação de conteúdo, mas configura um movimento político que ameaça a integridade das democracias em todo o mundo. “Ao alinhar-se às ideias de Donald Trump, Elon Musk, e outros

representantes da extrema-direita, a Meta reforça uma agenda política destrutiva internacional, com objetivo de fragilizar as instituições democráticas”, aponta a entidade.

Outro ponto de atenção são as mudanças nas regras para conteúdos relacionados a discursos de ódio. De acordo com o anúncio de Zuckerberg, declarações relacionadas a temas como gênero, orientação sexual, questões religiosas e imigração não terão mais moderação da plataforma. Dessa forma, será possível relacionar minorias sociais à desordem mental ou a qualquer tipo de “anormalidade”.

A coordenadora do Comitê Gestor da Internet no Brasil, Renata Mielli, comentou a simplificação da política de restrições de conteúdos em um artigo publicado na Carta Capital. “Embora o argumento possa parecer correto, é fundamental lembrar que a liberdade de expressão não é um direito absoluto e não se sobrepõe a outros direitos. Moderar conteúdos que exaltam genocídios, celebram mortes de mulheres e crianças, ou promovem supremacia racial e homofobia é essencial”, afirma.

A flexibilização nos filtros de moderação automática já está em vigor nas três redes da empresa em caráter global, de acordo com a companhia. Casos antes considerados graves de violação da política da empresa, como postagens relacionadas a terrorismo ou exploração de pessoas, passam a ter postagens analisadas individualmente ao invés de banidas automaticamente.

Guinada à direita

No vídeo de anúncio das mudanças de funcionamento das redes controladas pela Meta, o CEO, Mark Zuckerberg, deixou claro o alinhamento político junto ao

presidente republicano Donald Trump, em seu segundo mandato. “Vamos trabalhar com o presidente Trump para enfrentar governos que perseguem empresas americanas e pressionam por censura”, disse Zuckerberg.

O CEO da Meta criticou o rígido controle legislativo dos países europeus e o que chamou de “tribunais secretos” na América Latina, um claro recado ao Supremo Tribunal Federal brasileiro, além de citar a China, também sob a ótica da censura.

Como forma de acelerar a discussão do tema na corte brasileira, o STF deve retomar no primeiro semestre deste ano o julgamento que discute a responsabilidade das plataformas por conteúdos publicados.

O julgamento começou em dezembro e já tem três votos, mas foi interrompido após pedido de vista do ministro André Mendonça. O presidente da corte, Luís Roberto Barroso, deve pautar a ação assim que for devolvida, em um prazo de até três meses.

O que está em discussão na ação é o modelo de responsabilização das plataformas pelo conteúdo de terceiros e as circunstâncias nas quais as empresas podem sofrer sanções por conteúdos ilegais postados por seus usuários. O debate está relacionado ao artigo 19 do Marco Civil, que estabelece responsabilização apenas em caso de não retirada do conteúdo pelas plataformas após decisão judicial.

Em uma postagem em suas redes sociais, o secretário de Políticas Digitais da Secom, João Brant, avalia que a Meta irá atuar politicamente no âmbito internacional de forma articulada com o governo Trump para combater políticas dos países que buscam equilibrar direitos no ambiente online. Para Brant, o anúncio só reforça a relevância das ações já em curso na Europa, Brasil e na Austrália. ■



AGU questiona nova política da Meta e convoca audiência pública

Após manifestação da empresa, governo federal diz que mudanças podem violar direitos dos cidadãos

Redação Focus Brasil

A Advocacia-Geral da União (AGU) anunciou nesta terça-feira, 14, que recebeu a resposta da Meta sobre o fim do programa de checagem de fatos nas plataformas da empresa. A medida foi comunicada pelo CEO Mark Zuckerberg na sexta-feira, 10, e gerou preocupações no governo federal. Em sua manifestação, a Meta explicou que a descontinuação do programa ocorreu inicialmente apenas nos Estados Unidos, com a introdução das “Notas da Comunidade”, enquanto no Brasil a verificação de fatos continuará em vigor por enquanto.

A AGU, no entanto, afirmou que alguns pontos da resposta da Meta “causam grave preocupação”. A principal apreensão está na implementação da Política de Conduta de Ódio no Brasil, que, segundo a AGU, pode representar riscos à legislação brasileira e aos direitos fundamentais dos cidadãos. A Advocacia-Geral considera que as mudanças anunciadas pela Meta não atendem adequa-

damente às normas brasileiras e podem prejudicar a proteção dos direitos dos usuários no país.

Para discutir os impactos da nova política, o governo convocou uma audiência pública, marcada para a próxima quinta-feira, 16, com a participação de representantes da AGU, dos ministérios da Justiça, dos Direitos Humanos, e da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. O encontro também contará com especialistas, acadêmicos e representantes de agências de checagem de fatos.

A audiência irá abordar os riscos de substituição do sistema de checagem de fatos, as responsabilidades das plataformas digitais e as medidas necessárias para garantir a conformidade com a legislação nacional. A AGU também exigiu da Meta um detalhamento das ações que a empresa tomará para combater crimes como violência de gênero, racismo e homofobia em suas redes sociais no Brasil.

O governo brasileiro segue atento à questão e promete intensificar os esforços para garantir que as mudanças da Meta estejam alinhadas com os direitos e normas brasileiras. ■



Ricardo Stuckert / PR

Presidente Lula e ministro Camilo Santana (Educação) durante a cerimônia de sanção do Projeto de Lei nº 4.932/2024, que dispõe sobre a utilização, por estudantes, de aparelhos eletrônicos portáteis pessoais nos estabelecimentos públicos e privados de ensino da educação básica

“Um ato de respeito ao futuro”: Lula sanciona lei que regula celulares nas escolas

Nova legislação, válida a partir de 2025, visa proteger a saúde mental dos estudantes e melhorar o desempenho acadêmico nas escolas

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou, nesta segunda-feira (13), a Lei nº 4.932/2024, que estabelece restrições ao uso de celulares e outros dispositivos eletrônicos portáteis em escolas públicas e privadas de educação básica durante aulas, recreios e intervalos. A nova legislação, que entra em vigor no ano letivo de 2025, tem como objetivo proteger a saúde mental, física e psíquica dos estudantes, além de fomentar um ambiente mais propício ao aprendizado.

Um ato de coragem

Durante a cerimônia de sanção, Lula destacou o impacto positivo da medida e reforçou o compromisso do governo com a qualidade da educação. “Essa lei é um ato de coragem, cidadania e respeito ao futuro do nosso país. Queremos cuidar das nossas crianças e adolescentes, protegê-los dos malefícios do uso excessivo da tecnologia, para que possam brincar, interagir e aprender de forma saudável”, afirmou o presidente.

Lula também elogiou o Congresso Nacional pela aprovação do projeto, lembrando que países como França e Suécia adotaram medidas semelhantes com resultados significativos.

Saúde mental e educação digital

A legislação prevê exceções para usos pedagógicos, desde que supervisionados por professores, e para alunos que necessitem de dispositivos por questões de acessibilidade. A ideia é equilibrar a utilização da tecnologia nas escolas, garantindo que ela seja uma



Presidente Lula durante cerimônia de sanção da nova lei, no Palácio do Planalto, nesta segunda-feira (13)

ferramenta educacional e não um fator de distração ou impacto negativo.

O ministro da Educação, Camilo Santana, destacou que a medida atende a evidências científicas. Dados do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa) de 2022 mostram que 80% dos alunos brasileiros relataram dificuldades de concentração nas aulas de matemática devido ao uso de celulares. “Essa lei reflete nossa preocupação com a saúde mental e o desempenho acadêmico dos estudantes. Estamos trabalhando para orientar as escolas na implementação das regras”, explicou Santana.

Conscientização e impacto social

A lei também prevê a criação de programas nas escolas para conscientizar estudantes e famílias sobre os riscos do uso excessivo de tecnologia. Treinamentos, espaços de escuta e campanhas educativas serão promovidos para fortalecer o bem-estar psíquico dos alunos.

Luciana Paiva, vice-diretora do

Centro Educacional 619 Samambaia, no Distrito Federal, celebrou a medida, que considera um avanço para o ambiente escolar. “A proibição do uso indiscriminado de celulares permitirá mais diálogo e interação entre os alunos, promovendo a troca de ideias e o protagonismo estudantil”, afirmou.

Uma mudança esperada

Educadores, estudantes e famílias também veem a nova legislação como uma oportunidade para melhorar o desempenho escolar e o convívio social. O professor de História Gabriel Feitosa acredita que a medida ajudará a construir um ambiente mais equilibrado, incentivando o uso consciente da tecnologia. Já Luana Pereira, mãe de dois alunos, considera que a restrição contribuirá para diminuir a ansiedade e melhorar o foco das crianças nos estudos.

Com a sanção da lei, o governo reforça seu compromisso com a educação e o bem-estar da juventude brasileira, criando as condições para um futuro mais promissor para as novas gerações. ■

“Não podemos naturalizar as mortes sistemáticas na periferia”

Benedito Mariano dispensa apresentações quando se trata do tema de Segurança Pública. Um dos maiores especialistas da área, o professor explica que “mudar a segurança pública implica estabelecer enfrentamentos, polêmicas, divergências”, mas que a esquerda sempre produziu os melhores projetos “sobre o auspício da democracia, da legalidade, com fortalecimento do policiamento comunitário, com uma ação sistemática de repressão qualificada contra um crime organizado”. Admirador do polêmico Mario Covas, defende que “decisão e vontade política dos governos” podem mudar o cenário da segurança pública no Brasil

Alberto Cantalice e Fernanda Otero

O secretário sabe o tamanho do desafio. Mariano foi o primeiro ouvidor das Polícias do Estado de São Paulo e ocupou o cargo durante sete anos. Desempenhou o papel de Secretário da Segurança em São Paulo duas vezes, São Bernardo do Campo, Campinas, Osasco e Diadema. Coordenou em 2002 o programa

de governo do presidente Lula e ocupou o Presidente no Conselho Nacional de Secretários e Gestores Municipais de Segurança, entre outros cargos e postos relacionados ao tema.

- **Professor, após o crime covarde cometido no Assentamento Olga Benário, o senhor acha que a rapidez que a polícia atuou estaria de alguma forma respondendo ao posicionamen-**

to contundente do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar e do Governo Federal?

- Eu acho que pode, sim, ter uma relação. Eu soube do incidente em um grupo formado por delegados e outras pessoas, do qual Paulo Teixeira, o ministro, também faz parte, e ele anunciou lá antes de sair na imprensa. Eu havia dito a ele que, como os assentamentos são políticas do



Divulgação Prefeitura de Diadema

governo federal, era importante, desde o início, a Polícia Federal participar da investigação dessa ação absurda e violenta. Depois, soube através da imprensa que o presidente Lula ligou para uma liderança nacional do movimento e já determinou que a Polícia Federal abrisse uma investigação. É fundamental que a Polícia Federal esteja nessa investigação, não só para identificar os autores, mas para investigar, pois tudo indica que há mandantes neste ato absurdo. Portanto, a presença da Polícia Federal, do Governo Federal, pode, sim, ter contribuído para uma ação mais eficaz, neste momento, da polícia civil, que já identificou pelo menos dois. Um está preso, e já identificou outra pessoa que está foragida, mas foram várias pessoas, vários carros e motos, um grupo muito grande. E tudo indica que é uma ação de milícia. Eu ando muito preocupado com a segurança pública no estado de São Paulo, na gestão de Tarcísio e Derrite; há um processo sistemático de milicialização,

**“A
milicialização
da polícia
militar se
manifesta
nessas mortes
sistemáticas
que se repetem,
enquanto
o discurso
permanece o
mesmo”**

especialmente da Polícia Militar. Essas ações sistemáticas de violência, divulgadas pela mídia, de-

monstram que vivemos talvez um dos piores momentos da segurança pública no estado de São Paulo. Tem que haver uma ação permanente do governo federal, nesse caso, para esclarecer e levar à justiça não só os autores, mas principalmente identificar quem são os mandantes dessa ação violenta contra um assentamento do movimento totalmente regularizado pelo Ministério e pelo INCRA. É inaceitável ter duas mortes, seis feridos, uma ação com muitas características de milícia.

- Gostaria que o senhor aprofundasse esse repetido alerta que tem feito com relação à milicialização da polícia no estado de São Paulo. O senhor pode detalhar que projeto é esse?

- O que percebo em São Paulo é que, sob a gestão do secretário Derrite, que foi solicitado a deixar a Rota, uma unidade já conhecida por suas ações mais violentas, houve mudanças significativas. Um oficial, que era tenente e a quem sempre chamo de tenen-

te Derrite, saiu da Polícia Militar como tenente e foi quase expulso do primeiro batalhão de choque. Ele alterou cerca de 50% do oficialato da Polícia Militar, especialmente aqueles coronéis que eram a favor por exemplo, do uso de câmeras corporais e foram críticos a desastrosa Operação Escudo e, depois, a Operação Verão na região santista, que resultou na morte de mais de 80 pessoas após o assassinato de três policiais. Claro que repudiamos as mortes de policiais em serviço, mas a resposta do estado não pode ser uma operação de vingança. São Paulo é o estado que mais adquiriu câmeras corporais, com cerca de 11 mil unidades. No entanto, durante essa operação, que envolveu aproximadamente 600 policiais na Baixada, cerca de 90% não usavam câmeras, complicando as investigações das polícias e do Ministério Público sobre como ocorreram as mortes. Eu tenho muita suspeita e há indícios fortes de que as mortes não se deram por confronto. A violência desenfreada nas periferias, tendo como vítimas sepre os mesmos jovens pobres e negros com a justificativa de combate ao crime organizado, é inaceitável. A própria imprensa divulgou que, durante a Operação Escudo, houve aumento do crime na Baixada Santista. A única liderança, segundo a imprensa, que foi morta no período desta operação, que tem toda a característica de operação vingança, foi morta, segundo a imprensa, por disputa interna de organização criminosa. Ou seja, não houve nenhuma ação efetiva para coibir as organizações criminosas, mesmo após a operação que vitimou 80 pessoas. Isso é o que chamo de milicialização: mortes sistemáticas na periferia em crescente aumento. A imprensa divulgou vários casos absurdos, como um policial que, durante uma abordagem de trânsito, arremessou um cidadão da ponte. Isso

não é uma ação policial. Um estudante foi assassinado a queimadura. Recentemente, um jovem foi verificar uma ocorrência e, enquanto a polícia perseguia seu irmão, acabou matando a irmã dele, uma adolescente de 16 anos. Isso aconteceu há apenas dois ou três dias. A milicialização da polícia militar se manifesta nessas mortes sistemáticas que se repetem, enquanto o discurso permanece o mesmo. Não pactuamos com desvios de função, blá, blá,

“Não podemos naturalizar as mortes na periferia. A letalidade policial aumentou consideravelmente.”

blá, mas esses desvios estão se tornando regras. Quando o secretário afirma, em uma formatura de oficiais, que os únicos defensores dos direitos humanos em São Paulo são os policiais militares, ele está, direta ou indiretamente, incentivando a continuidade dessas mortes sistemáticas. Quando o governador diz que pode ir para a ONU ou para qualquer lugar e que isso não o preocupa, ele está incentivando essa política. Ele de-

pois afirmou que se arrependeu de sua avaliação equivocada contra as câmeras corporais; porém, para mim, Derrite espelha o governador. Não há diferença entre eles. Acredito que isso continuará pelos próximos quatro anos, e ele pode até se candidatar a um cargo majoritário, como senador. Não podemos naturalizar as mortes sistemáticas na periferia. O aumento da letalidade policial nos últimos dois anos, em comparação a anos anteriores, foi enorme. A milicialização se resume a matar primeiro e perguntar depois, e isso vem acontecendo sistematicamente no estado de São Paulo. E tem um efeito em outros países e estados também, não é? Com certeza, tem. Na minha opinião, a situação em São Paulo já deveria ser encaminhada à Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Parece que algumas instituições estão se mobilizando para alertar que a política em curso em São Paulo não é tolerável.

- Eu já te ouvi em outras entrevistas dizendo da ausência de uma personalidade como a do Mário Covas e nos últimos 30 anos pelo menos, no estado de São Paulo, passamos pelo nascimento e crescimento do PCC, passamos por toque de recolher, passou por tantos secretários que hoje têm outras posições e até meio que “mudaram de lado”. O senhor consegue identificar algum momento onde houve essa grande mudança de rota? O que aconteceu em São Paulo?

- Acredito que o Mário Covas faz muita falta para a política brasileira. Eu sou suspeito de dizer, porque trabalhei cinco anos com ele, eu era ouvidor quando ele morreu, e foi um dos poucos governadores que colocou na agenda política do governo dele, a segurança pública. O Mário Covas foi o governador que mais contribuiu com a transparência da ativi-

dade policial, a ouvidoria da polícia de São Paulo foi a primeira do país, eu tive o prazer de ser ouvidor da polícia por sete anos, cinco anos no governo Mário Covas, E os índices, nos quatro anos do governo Mário Covas, de letalidade policial, eram em torno de 30% do que é hoje. Então havia uma perspectiva do governador, da política de segurança pública, de minimamente, estabelecer o controle da atividade policial e diminuir a letalidade policial. Ele tinha um programa importante, que afastava policiais que se envolviam em ocorrências com morte. Esse programa foi importante para diminuir a letalidade. A única crítica que eu fazia ao programa era que o policial era afastado para serviço administrativo, enfim, mas tinha que vir para a capital. Então, se ocorresse uma ação na grande São Paulo, o policial tinha que vir para a capital. Isso, com o tempo, foi desgastando o programa, porque o policial perde duas vezes. Ele perde porque deixa de fazer 12x36, que é a escala cotidiana da Polícia Militar, e no dia de folga ele faz “bico”, ele passa a ter uma escala de plantonista, 5x2, perde o “bico” e ainda tem que vir para a capital, fora do seu domicílio, da sua residência. Eu disse isso para o secretário, na época, o José Afonso da Silva, que o programa deveria ser feito no local de trabalho dos policiais. Tirando isso, o programa foi uma inovação Também, eu costumo dizer que apenas dois governadores colocaram na agenda do Estado a Segurança Pública: Mário Covas e Olívio Dutra. Olívio Dutra, do PT, foi o único, eu diria, governador que estabeleceu como prioridade a segurança pública, colocou como secretário o falecido senador Paulo Bisol, e eu tive o prazer de visitar muito o Estado na época, fiz parte de uma comissão criada pelo governador para rever o regulamento disciplinar da Polícia Militar, fiz parte

da redação do novo regulamento disciplinar.

O Olívio Dutra publicou, através de decreto, um novo regulamento disciplinar, inédito, porque a maioria absoluta dos regulamentos disciplinares das polícias militares se preocupam mais com o comportamento do policial dentro do quartel do que na rua. 70% das transgressões previstas nos regulamentos se relacionam ao comportamento do policial dentro do quartel e não na rua, e

“Olívio Dutra foi o primeiro governador do país a tomar a iniciativa de tirar do papel uma reforma do regulamento disciplinar da Polícia Militar”

deveria ser exatamente o contrário. Foi isso que, basicamente, a mudança principal, a criação de um novo regulamento disciplinar da Brigada. Como o governador Olívio Dutra não tinha maioria na Assembleia Legislativa, ele fez por decreto. Quando acabou o governo, voltou o regulamento anterior. Mas isso para dizer que é possível, se tiver vontade de decisão política, de fazer mudanças estruturais nas polícias. Lógico

que é muito mais difícil com as mudanças constitucionais, mas as infraconstitucionais, aquelas que dependem exclusivamente de vontade e decisão política do governador, é possível fazê-lo. E o Olívio Dutra foi o primeiro governador do país a tomar a iniciativa de tirar do papel uma reforma do regulamento disciplinar da Polícia Militar para que ele se preocupasse mais com o regulamento, com o comportamento dos policiais na rua e não quando voltam com as viaturas para o quartel. Tirando essas exceções, Mário Covas e Olívio Dutra, e o meu livro reflete um pouco sobre isso, a minha avaliação é que a transição democrática, não estou falando de um ou dois governos, estou falando de 44 anos de transição democrática, a transição democrática não priorizou a agenda da segurança pública. Você me perguntou como se deu essa ascensão da extrema-direita. Eu diria que, em grande parte, foi pela omissão da esquerda e do campo democrático.

- E de onde é que vem essa dificuldade da esquerda, de discutir a segurança pública? Porque hoje tem mulheres falando sobre segurança pública. Temos a Tamires Sampaio, a Juliana Borges, mulheres negras falando e pensando sobre isso, além de outras mulheres, mas o que está faltando para abraçarmos o tema?

- É que esse é um setor muito sensível do Estado, a segurança pública é muito sensível. E muitas vezes os governos ficam preocupados mais com a opinião pública, com o senso comum. Se criou uma cultura no país de que segurança pública é sinônimo de repressão sistemática. E isso é muito difícil mudar se não tiver uma política de muita muita decisão, decisão e vontade política dos governos. Eu queria registrar o seguinte: eu fui um dos coordenadores do Programa de Segurança Pública do



Divulgação Prefeitura de Diadema

presidente Lula de 2002. Esse programa foi o principal programa de reformas no sistema de segurança pública produzido em todo o período republicano. Portanto, o PT já produziu propostas de mudanças que nenhum outro partido produziu. Nós demoramos dois anos para fazer o programa, teve mais de dois mil encontros, foi coordenado por mim e pelo Luiz Eduardo Soares, o Roberto Aguiar e o Antonio Carlos Biscaia, que foi deputado federal do Rio de Janeiro. Foi um grande programa. Eu me lembro que nós lançamos na Câmara dos Deputados, o Aécio Neves era presidente da Câmara e disse que esse era o programa mais reformista apresentado sobre o Sistema de Segurança Pública do Brasil. Qual foi o problema? Ele não saiu do papel.

A esquerda e o campo democrático já apresentaram muitas propostas para mudar o sistema de segurança pública, criar uma segurança pública nova, sobre

**“O PT fez
propostas
de mudança
inéditas, após
dois anos e
mais de dois mil
encontros”**

o auspício da democracia, da legalidade, com fortalecimento do policiamento comunitário, poli-

ciamento de proximidade, com uma ação sistemática de repressão qualificada contra um crime organizado. Tudo isso, quem mais criou foi a esquerda e o campo democrático, e em especial, o PT. Se você der uma olhada no programa de 2002, as propostas de reformas constitucionais que estavam lá, e infraconstitucionais, praticamente nenhuma delas foi implementada. Então eu acho que a grande dificuldade nossa, eu digo da esquerda e do campo democrático, é tirar do papel aquilo que nós propomos. Se nós tivéssemos implementado o programa de 2002 do presidente Lula, nós não estaríamos na situação que estamos hoje, com o crescimento absurdo das organizações criminosas, das milícias, e nós teríamos mais segurança no país. E aí, quais são as razões para não tirar do papel um programa de reformas? É difícil responder, porque, primeiro, eu não estava no governo. O que eu posso dizer é que foi uma

pena. Tivemos uma conjuntura, em 2002, muito mais favorável que hoje. Não houve o crescimento absurdo da extrema-direita, de um Congresso totalmente conservador que temos hoje. Então, as condições objetivas para reformar as polícias são muito mais difíceis agora do que em 2002. A extrema-direita ocupou o vácuo deixado pela transição democrática. Essa é a minha visão. E não é só no Brasil. A esquerda, de modo geral, tem dificuldade de tratar o tema da segurança pública. Ou trata como uma questão social, ou deixa as situações internas, como sempre esteve, não quer mexer em vespeiro, porque mudar a segurança pública implica estabelecer enfrentamentos, polêmicas e divergências. Mas estou muito preocupado porque a segurança está cada vez mais grave, a situação de insegurança, o crime organizado está cada vez mais ousado, essa operação em Cumbica em que um empresário criminoso que denunciou organização criminosa e policiais, civis e militares envolvidos com o crime organizado, foi executado em pleno dia! Quando em toda a história da República nós tivemos a situação de uma execução em um aeroporto como aconteceu agora? É inacreditável! É hora de colocarmos na agenda. Ainda tem dois anos do governo Lula. No livro que vamos lançar (em parceria com a FPA) tem um artigo meu, publicado em 2006, propondo a criação do Ministério da Segurança Pública. Nós temos que dar um salto de qualidade na questão de segurança pública do governo federal.

- Quando consideramos que a Constituição de 1988 atribuiu a segurança pública exclusivamente como responsabilidade dos Estados, diferente do que foi feito com a saúde e a educação – áreas para as quais temos mecanismos como o Fundeb e o SUS

que funcionam –, nós não temos um sistema de segurança pública efetivo. Essa situação contribuiu para o crescimento do crime organizado e da corrupção policial, levando-nos a uma situação preocupante. Você acredita que é possível resolver essa questão? Ainda há esperança de melhorar esse sistema?

- Concordo com a avaliação de que a Constituição Federal, no artigo 144, não designa à União as diretrizes para uma Política Nacional de Segurança Pública,

“A extrema-direita ocupou o vácuo deixado pela transição democrática. Essa é a minha visão.”

limitando-se a referenciar os estados federados e o Distrito Federal. Essa é, para mim, a parte mais importante da PEC que o Lewandowski pretende encaminhar ao Congresso Nacional. Parece que a proposta será enviada à Casa Civil nesta semana ou neste mês, após consultas aos governadores. O aspecto mais relevante da PEC é estabelecer constitucionalmente que cabe à União definir as diretrizes da Política Nacional de Segurança Pública. Embora a Lei

do SUSP já mencione isso de forma genérica, costumo dizer que a Lei do SUSP é uma carta de intenções, pois não deixa claro o papel da União e de que forma ela coordenará a Política de Segurança Pública. Portanto, se a PEC apenas afirmasse que cabe à União estabelecer diretrizes para a Segurança Pública, já valeria a pena ter essa proposta. Contudo, acho difícil que a PEC avance no atual Congresso, considerando a composição que temos. Mesmo que não passe, independente da PEC, o Ministério da Justiça e Segurança Pública precisa estabelecer políticas efetivas. O decreto que o presidente Lula lançou há menos de um mês é, na minha visão, o documento mais importante na área de segurança pública do terceiro governo Lula, pois regulamenta o uso da força por policiais. Isso é fundamental, e embora não seja uma novidade, uma vez que há resoluções da ONU sobre a regulamentação do uso da força há décadas, é crucial ter um decreto desse tipo em um momento em que a letalidade policial está aumentando sistematicamente. Eu dei uma entrevista à Folha de S.Paulo afirmando que as críticas dos governadores ao decreto são pura demagogia. Na verdade, são esses governadores que não querem uma segurança pública efetiva. O Ronaldo Caiado, que pretende ser pré-candidato à presidência da República, criou uma ilusão de que Goiás está livre do crime organizado, quando, na verdade, é um dos principais estados onde ocorre o tráfico de pessoas, figurando entre o primeiro e o segundo lugares nesse triste ranking. Os casos de violência e corrupção dentro da polícia militar de Goiás são amplamente conhecidos e noticiados pela imprensa. Portanto, é uma bobagem ele afirmar que em Goiás não existe crime organizado. Quanto ao Rio de Janeiro, o governador Cláudio Castro deve

se preocupar com a crescente expansão das milícias, que controlam mais de 250 quilômetros quadrados de território, abrangendo mais de 2 milhões e 500 mil pessoas. Essa deveria ser a preocupação do governador, e não criticar um decreto que regula o uso da força, algo que é uma prática comum em democracias liberais. A sua questão remete ao ponto central da PEC do Lewandowski. Já elogiei essa proposta de estabelecer que cabe à União as diretrizes da segurança pública; foi um erro não ter feito isso na Constituição de 1988. Pessoalmente, sou crítico e já expressei isso a quem tive a oportunidade no Ministério da Justiça e Segurança Pública, sobre a ampliação das atribuições da Polícia Rodoviária Federal, transformando-a em uma espécie de polícia ostensiva da União. Acredito que ela não está preparada para tal função. Em ocasiões em que atuou como polícia ostensiva, se envolveu em ocorrências absurdas, como o caso recente no Rio de Janeiro, que aconteceu há quase um mês, quando uma família foi metralhada por policiais rodoviários na véspera de Natal, e uma jovem ainda está em estado de coma, um dia depois da publicação do decreto. Portanto, eu digo: ou há uma reforma e um controle maior sobre a Polícia Rodoviária Federal, ou ela se tornará a primeira a desacreditar o decreto mais importante do governo federal na área de segurança pública, editado pelo presidente Lula.

- Eu queria que você falasse um pouco sobre o papel da polícia de proximidade e as guardas municipais, as GCMs, podem cumprir esse papel, deixando a PM fazer o policiamento ostensivo?

- Primeiro, é importante registrar que, no Brasil, parece quase um palavrão falar em policiamento de proximidade ou policiamen-

to comunitário. Esse conceito de polícia existe desde o século XIX, e ironicamente, foi criado pelo primeiro-ministro do partido conservador inglês, Robert Peel. Aqui, ainda enfrentamos uma cultura de policiamento de confronto, o que faz com que a expressão “policiamento de proximidade” soe estranha. No entanto, é fundamental que esse tipo de policiamento ocorra, onde as polícias militares deveriam atuar nas periferias, em diálogo com a comunidade. A ideia central do po-

“No Brasil, parece quase um palavrão falar em policiamento de proximidade ou policiamento comunitário”

liciamento de proximidade é que a presença constante no território é capaz de prevenir o crime; não se trata apenas de caçar criminosos. O objetivo é evitar que o crime aconteça. A atuação da polícia na comunidade, em consonância com seus moradores, é essencial para impedir a criminalidade antes que ela ocorra. Essa é a essência do policiamento comunitário, que possibilita a construção de uma relação de confiança entre a

população e as forças de segurança. Hoje, se realizarmos qualquer pesquisa no país, veremos que a população tem mais medo da polícia do que respeito, especialmente nas periferias. Portanto, a população precisa confiar na polícia, e a polícia deve dialogar com a população. Esse policiamento de proximidade é fundamental e pode ser mais efetivamente realizado pelas guardas municipais, que têm uma presença contínua no território. Além disso, as guardas, conforme o Estatuto Nacional das Guardas Municipais, estabelecido pela Lei Federal da presidente Dilma em 2014 (Lei 13022), têm como papel central a ação preventiva, que é sinônimo de policiamento preventivo, comunitário e de proximidade. Então, as guardas municipais são realmente mais vocacionadas para essa questão. Infelizmente, temos observado alguns prefeitos indo na contramão do próprio estatuto das guardas municipais, militarizando essas forças. Hoje, existem guardas municipais armadas com fuzis e armamentos pesados. Esse tipo de armamento é incompatível com a função da guarda municipal, que deve se concentrar no policiamento comunitário em parques públicos e na rede de educação municipal. Se as guardas municipais realizassem uma boa segurança nas escolas, proteção nos parques e apoio às mulheres, por meio das Patrulhas Maria da Penha, isso já justificaria sua existência. Mas como se pode garantir segurança escolar utilizando um fuzil, dialogando com o corpo docente e discente das escolas municipais? Isso é um equívoco. Eu já sugeri ao Ministério da Justiça, em diálogo com o secretário-executivo Lewandowski, e também ao diretor-geral da Polícia Federal, doutor Andrei, que vem realizando um trabalho extraordinário. A Polícia Federal, que sempre foi relevante,

se tornou uma verdadeira fonte de orgulho para o povo brasileiro, especialmente sob o comando do Andrei, ao desmantelar as tentativas de golpe de Estado promovidas por militares e pela extrema direita. A Polícia Federal merece todos os elogios. Diante disso, sugeri à Polícia Federal e ao Ministério da Justiça e Segurança Pública que estabeleçam uma portaria para definir limites sobre o uso de armas de fogo pelas guardas civis municipais. Isso é fundamental para evitar que elas se tornem semelhantes ao que estamos tentando transformar nas polícias militares. Fui secretário de Segurança em São Paulo duas vezes, em São Bernardo do Campo, Campinas, Osasco e Diadema. Durante minhas gestões, os guardas municipais não utilizavam armamento pesado, o que se alinha à função de policiamento preventivo e ao diálogo com a comunidade.

- O jornalista Luis Nassif publicou um artigo onde afirma que “os Brazão são bode expiatório de Carlos Bolsonaro”. O senhor acompanha o caso?

- Quero fazer duas colocações em relação à morte de Marielle Franco, ao andamento do processo e à morte de Anderson. Primeiro, considero uma manifestação completamente equivocada do atual prefeito de Maricá e vice-presidente nacional do PT, ter recebido a família de alguém que está sendo denunciado por crimes tão absurdos. Essa atitude é totalmente errada, e é necessário que haja uma ação em relação a esse comportamento, que não é isolado. O nosso querido vice-presidente já demonstrou, em outras ocasiões, estar próximo da direita e da extrema direita, inclusive de ex-ministros do Bolsonaro. Portanto, acredito que é hora de haver uma postura mais firme em relação às posições políticas desse vice-presidente do PT. Li o arti-

go que aborda a questão das mortes e ele é claro ao afirmar que os atuais acusados podem não ser os verdadeiros mandantes. O texto também sugere uma possível relação entre as mortes de Marielle e Anderson, do ponto de vista dos mandantes, com a família Bolsonaro. O que eu diria é que a Polícia Federal, e acredito que o doutor Andrei Rodrigues também leu esse artigo, deve considerar essas e outras informações e conduzir uma investigação aprofundada. Se os atuais acusados são, de fato,

“Ainda tenho expectativa de que o presidente Lula crie, este ano, 2025, o Ministério da Segurança Pública.”

os principais autores ou mandantes, isso deve ser investigado pela Polícia Federal. A responsabilidade recai sobre eles, especialmente para apurar se existem outros mandantes envolvidos. Acredito que esse crime ainda levará tempo para ser totalmente esclarecido no país e merece uma atenção especial, em particular da polícia, que considero mais qualificada no sistema de segurança pública, que é a Polícia Federal.

- Com relação ao Ministério da Segurança Pública, acredita ser possível termos esse ministério? A segurança pública foi adicionada ao ministério da justiça com a vinda do Sergio Moro, não foi isso?

- Isso foi só para fazer média, só para poder ganhar e ampliar o poder do Moro. Ainda tenho expectativa de que o presidente Lula crie, este ano, 2025, o Ministério da Segurança Pública. O ministro Ricardo Lewandowski fez um bom trabalho em relação à PEC e ao decreto importante que mencionei, mas um Ministério da Justiça e Segurança Pública é muito amplo. Precisamos de um órgão gestor específico para a segurança pública, que enfrente a insegurança que vivemos no país. Para mim, essa é a principal resposta que o governo federal pode dar, colocando a agenda da segurança pública como agenda prioritária, criando um órgão de primeira escala.

No Brasil, tivemos, por menos de um ano, se não me engano, dez meses, o Ministério Extraordinário da Segurança Pública no governo Temer. É evidente que criar um ministério em um governo sem legitimidade, como foi o governo Temer, já nasce com prazo de validade. Por isso não durou nem um ano, apesar de eu considerar o ministro Raul Jungmann um bom ministro da Segurança Pública Do SUSP, e queria dizer, por último, que o conceito do SUSP que criamos em 2002, no programa do presidente Lula, previa que o SUSP só poderia sair do papel a partir de reformas constitucionais e infraconstitucionais do sistema de segurança pública. Sem isso, não tem SUSP, seria só uma mera integração parcial das polícias. Como ainda não tivemos reformas, eu acho que o SUSP ainda vai demorar um pouco para sair do papel. ■



Lançamento do Programa Acredita, do Governo Federal, em 2024.

Ricardo Stuckert/PR

Afinal, o Brasil melhorou? Os números mostram que sim

Para a economista e assessora na Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Lígia Toneto, a resposta é sim. “Quem não vê melhorias não quer olhar para os números por interesses próprios”

Henrique Nunes

O terceiro ano do quarto mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva traz à tona os mesmos embates do início da gestão até agora. Para muitos analistas e boa parte da imprensa, dois brasis coexistem,

países paralelos que caminham em direção a lados opostos.

O Brasil dos números, apresentados pelo governo federal até aqui, conta com o combate histórico da extrema pobreza, criação recorde de empregos, recuperação do PIB, e a organização das contas públicas do país. Já o Brasil do poder do mercado, que tem na figura de grandes empresários e na institucionalização de parte da imprensa como porta-vozes, este

ainda se recusa a aceitar e celebrar qualquer avanço do país.

Esta divergência de cenários tem causa e efeitos. E sua motivação nem sempre se limita às questões econômicas. É o que explica a economista Lígia Toneto, assessora na Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda.

“O principal fator que separa o que é esse Brasil dos números deste movimento que aponta que o Brasil vai quebrar é quem prio-



Lígia Toneto, economista e assessora na Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda: “Quem não vê melhorias não quer olhar para os números por interesses próprios”

riza cada um dos indicadores de quem deixa proposadamente de olhar para eles”, diz.

“Se olharmos os dois primeiros anos do governo Lula 3, a gente vê que a Economia Brasileira cresceu 7% no acumulado, foi gerado 3,5 milhões de empregos, no menor patamar de desemprego da história, temos o combate à miséria, combate à desigualdade pelo aumento da renda do trabalhador. Então, os indicadores são bastante positivos para duvidar do crescimento do país”.

Para a economista, a ameaçadora voz do mercado usa a política fiscal do governo para criar uma sensação de insegurança, mas este argumento também não se sustenta. “Estruturalmente a situação fiscal do país está muito melhor do que estava no governo anterior. Teremos em 2024 um déficit de apenas 0,1%, muito melhor do que o resultado apontado pelo mercado de déficit de 1%. Mas é importante lembrar que nos dois primeiros anos grande parte do trabalho foi para reorga-

nizar as receitas e cobrir o rombo deixado por Bolsonaro”

Impostos dos alimentos

Uma das grandes preocupações da Fazenda para 2025 é não deixar que tantas melhorias já realizadas não sejam anuladas pela alta dos alimentos. O fato, por sinal, é um dos que mais geram insatisfação da população em relação à gestão Lula 3. Lígia Toneto concorda que o problema existe e demandará uma série de iniciativas para não deixá-lo afetar sobretudo as famílias de baixa renda.

Uma medida estrutural para sanar o problema já foi desenhada com a proposta de Reforma Tributária aprovada pelo Senado: a redução ou exclusão dos impostos em todos os produtos da cesta básica, incluindo carnes.

“Quando a reforma enfim entrar em prática causará um grande impacto na vida do brasileiro. Mas é importante lembrar que a alta dos alimentos tem sido causada também por fatores externos

como mudança climática. Neste ano tivemos, por exemplo, as enchentes no Rio Grande do Sul, que é um grande produtor de alimentos do país, e isso contribuiu para esse aumento”.

Além das medidas previstas na Reforma Tributária, outro desafio apontado por Lígia Toneto é aumentar o poder de compra das famílias - com a alta do dólar e o aumento do preço dos alimentos, o salário do trabalhador ainda não tem rendido como o esperado.

Justiça Fiscal

Um dos grandes trunfos do Ministério comandado por Fernando Haddad para melhorar a imagem da economia do país está no próprio modelo de Reforma Tributária proposto pelo governo. “O fato de a reforma ter propostas mais estruturais irá trazer uma justiça fiscal maior ao país. A isenção de impostos na cesta básica é um dos pontos cruciais, mas não o único. Também há o cashback, que devolverá dinheiro para famílias de baixa renda que estiverem em dia com a Receita. Esses são pontos cruciais para que o país tenha mudanças impactantes e que prioriza quem ganha menos”.

Tais dados, reconhece Lígia, ainda parecem à margem da população, pouco divulgados, o que escancara um outro problema: a propagação de notícias falsas como a tentativa de emplacar a ideia de que Haddad está criando mais taxas e prejudicando a população. “A criação dessas notícias, desses memes, têm dois lados: o primeiro é o de tentar enfraquecer a agenda econômica do governo federal, com fake news. Isso é, sim, um fato que preocupa sobretudo com o anúncio do fim de checagem dos fatos em algumas das grandes plataformas de redes sociais”, alerta a economista.

“Outro lado é a criação de uma



Café da manhã com jornalistas: no final de 2024, o ministro Haddad recebeu profissionais da imprensa em Brasília

narrativa de ataques ao governo vinda de uma classe que nunca tinha pago imposto antes. O fato de o governo anunciar que iria taxar offshore (empresa de um país que realiza negócios em outro) e fundo exclusivo, houve gente poderosa que reclamou. Por fim, não há nada disso de taxar tudo. O que existe é recompor a base de arrecadação e fazer com que quem antes não pagava imposto algum comece a pagar. Vem daí essa voz do mercado que tenta deslegitimar o trabalho do governo”.

Erro de comunicação

Em entrevista à GloboNews na semana passada, o ministro Fernando Haddad afirmou que houve graves falhas de comunicação do governo no anúncio do pacote fiscal anunciado ano passado e que foi criticado pelos editoriais de alguns dos principais. Esses ruídos na comunicação, segundo a economista, também são a causa

Teremos em 2024 um déficit de apenas 0,1%, muito melhor do que o resultado apontado pelo mercado de déficit de 1%

da dificuldade do governo de conseguir apoio em categorias formadas por trabalhadores informais,

como motoristas de aplicativo, entregadores, entre outros.

Lígia lembra que, para além da precarização de atividade com grande contingente de mão de obra, é preciso reiterar o que a atual gestão tem feito por ele. Lígia é uma das idealizadoras, por exemplo, do programa Acredita

“Precisamos fazer com que estas categorias se sintam contempladas pelo nosso governo e isso passa por uma adequação na linguagem para se comunicar com elas. Existe uma série de projetos do governo que podem confirmar essas melhorias como o Acredita, maior programa de crédito para pequenos negócios já criado no país. Ele é uma escadinha de crédito que tem capacidade diversas faixas de rendimento. Mesmo para quem não tem como oferecer garantia, o Acredita oferece esses benefícios. É literalmente o governo dizendo a esses trabalhadores que acredita neles”. ■



Balanço do 2º ano de Lula 3 traz índices econômicos positivos e desafios políticos

Os dados mostram uma continuidade na recuperação da melhoria de vida da população; segundo o economista Pedro Rossi, o saldo é positivo, com contradições e incertezas no caminho

Claudia Rocha

No início de janeiro (7), a Receita Federal anunciou dados sobre a arrecadação do governo no mês de novembro de 2024: um montante de R\$ 209,21 bilhões. A cifra representa um crescimento real de 11% em relação ao mesmo mês de 2023. No compilado de 2024, a soma foi de R\$ 2,391 trilhões, um aumento real de quase 10%.

Os números crescentes da arrecadação, além de refletirem o trabalho árduo do governo no setor econômico, também sintetizam que, para além da reconstrução da máquina estatal iniciada logo ao assumir o gestão, o governo Lula 3 caminha na direção do compromisso com o desenvolvimento e a consolidação das melhorias sociais, medidas consideradas bastante caras para o presidente.

Nesse sentido, o foco no equilíbrio econômico é uma meta central. Em entrevista à GloboNews,

o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, falou da questão fiscal e trouxe um balanço da atuação até aqui.

“Nós vamos chegar com a economia muito mais arrumada do que nós herdamos, que é a minha missão como ministro da fazenda, entregar muito melhor do que nós recebemos, sem maquiagem, sem contabilidade criativa, sem calote, sem vender estatal na bacia das almas para favorecer grupos econômicos, sem deixar de enfrentar os jabutis de grupos empresariais campeões nacionais que, vira e



mexe, conseguem benefícios no Congresso”, diz o ministro.

Haddad completa destacando as perspectivas da pasta: “estamos contendo gastos da maneira adequada, sem prejudicar o trabalhador de baixa renda, garantindo os direitos consignados na constituição, tudo isso somado não é uma tarefa simples e nós somos os primeiros a reconhecer, mas nós vamos perseguir esse caminho e eu estou muito confiante de que nós vamos entregar o resultado”, afirma.

Desafios e incertezas

Para o professor do Instituto de Economia da Unicamp e pesquisador do Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica, Pedro Rossi, “o balanço do governo Lula 3 é positivo, com contradições e incertezas”.

“Positivo porque todos os indicadores sobre o mercado de trabalho e a questão da pobreza estão melhores nos últimos dois

anos, mas as contradições ocorrem porque o governo tenta mover uma agenda econômica progressista em meio a herança de uma agenda neoliberal que está muito instituída, estruturada inclusive constitucionalmente, e no discurso, desde 2016 com a deposição do PT, com uma pressão da mídia sobre o gasto público”, analisa Rossi.

O economista relaciona as incertezas para o restante do mandato, principalmente, a partir da retórica da imprensa sobre a economia. “O fiscal não é um nó do desenvolvimento, é um instrumento, mas ele não trava o desenvolvimento do Brasil como colocam, não há uma crise fiscal em curso. As incertezas são justamente por conta disso. As melhoras que tivemos nos últimos dois anos, eu atribuo à recomposição do orçamento para os ministérios, as políticas sociais, além da política de aumento do salário mínimo no primeiro ano de go-

verno”, aponta.

Queda do desemprego e desigualdade social

Destacado como um dos principais pontos positivos da atual gestão, o quadro geral sobre o emprego no país mostra que a taxa de desocupação recuou para 6,1% - a menor da série histórica da PNAD Contínua, iniciada em 2012. O total de pessoas ocupadas no Brasil chegou a quase 104 milhões (sendo 39 milhões com carteira assinada); em agosto de 2020, o número de trabalhadores empregados era na casa de 82 milhões.

Outro ponto relevante para o balanço dos dois anos do governo Lula 3 é a queda positiva de um índice que mede a desigualdade social nos países. O índice Gini varia de 0 a 1, e quanto mais próximo de zero, menos desigual é a sociedade. O pior nível de desigualdade da série foi em 2018 (0,545). Em 2024, o índice de Gini de renda domiciliar foi de 0,517. Segundo levantamento do IBGE, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, sem os programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, o índice no país estaria próximo de 0,555.

Apesar do recuo, os dados divulgados em dezembro de 2024, em referência ao ano de 2023, mostram que quase 59 milhões de pessoas viviam na pobreza e 9,5 milhões na extrema pobreza.

O estudo leva em conta a chamada pobreza monetária, ou seja, a família que não tem rendimentos suficientes para prover o bem-estar. Com a melhora dos índices, a fatia da população que está em extrema pobreza terminou 2023 em 4,4%. A taxa era 5,9% em 2022. Em relação à pobreza, a proporção da população ficou em 27,4%. O índice era de 31,6% em 2022. ■



O ano da colheita

Em dezembro do ano passado, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva falou, em entrevista ao Fantástico, sobre sua avaliação e perspectivas para a segunda metade de seu governo. “Tudo o que foi planejado a gente fazer, até agora, está cumprido. Tudo. Criamos o Novo PAC e lançamos todos os programas que tinham que ser lançados. Eu tenho dito para os meus ministros: nós já plantamos. Agora, em 2025, é ano da colheita”, afirmou Lula.

Autor do livro “Brasil em disputa: Uma nova história da economia brasileira”, lançado em setembro do ano passado pelo selo Crítica da editora Planeta,

Pedro Rossi comenta a declaração do presidente. “O desafio é a continuidade da colheita porque a colheita já ocorre com a melhora dos indicadores. O grande desafio é a continuidade desse processo porque no terceiro ano há mais restrições do que nos anos iniciais”, avalia.

Em Brasília, Pedro Rossi entregou um exemplar do livro a Lula. Ele disse, na ocasião, que o presidente é “o árbitro dessa disputa entre duas agendas, a neoliberal e distributiva”. A relação entre as diferentes agendas é a temática da obra. A pesquisa de Rossi está debruçada, entre outros pontos, nos períodos pré e pós-golpe contra a presidente Dilma Rousseff, que fez com que a economia “capotas-se” nas palavras do autor, que des-

tacou também as ameaçadas do programa “Ponte para o Futuro”, formulado no governo Temer e com continuidade de aplicação na política de Paulo Guedes, durante o período de Bolsonaro no poder.

“Essa agenda não saiu de cena, as discussões sempre voltam, é o caso, por exemplo, do debate sobre a desindexação do salário mínimo da Previdência Social e a desvinculação dos pisos das áreas de Saúde e Educação”, lembra o economista.

Democracia e o debate macroeconômico

Ao fazer uma análise mais geral do quadro atual a partir do viés político, Pedro Rossi comenta: “acredito que há um grande objetivo no governo que é o de recuperar a normalidade política, ou seja, fortalecer as instituições e fortalecer a democracia, sendo a democracia um processo que precisa sempre ser alimentado ou então ela não se realiza. É um governo de coalizão ampla e que, evidentemente, traz os projetos e debates econômicos que estão na raiz do PT”.

Para o professor de economia da Unicamp, é necessário que o debate na sociedade passe por um entendimento sobre os objetivos dos gastos do governo. “Revisitar a história brasileira, entendendo os erros é importante. Pensar no modelo econômico como algo que fortalece a democracia. O governo Lula tem iniciativas muito interessantes, como a transformação ecológica, que não se faz sem investimentos públicos pesados. É preciso fazer o debate macroeconômico sobre cortes de gastos. Fazer investimento no futuro do Brasil é rentável, é bom para a sociedade brasileira, não apresenta nenhum risco, mas nós estamos ainda muito presos ao ‘curto-prazismo’, que domina o debate público desde 2015”, defende Rossi. ■



Quem apostar contra Brasil que está ressurgindo irá perder

Terceiro governo Lula repete processo virtuoso de crescimento com justiça social e preservação do meio ambiente

Aloizio Mercadante

Publicado originalmente no jornal Folha de S. Paulo

Em novembro de 2007, no primeiro ano do segundo governo Lula, publiquei um artigo na Folha intitulado “Eles estão chegando”. Eles quem? Eles, os pobres, os miseráveis, os excluídos de oportunidades e direitos. Eles, os invisíveis.

Eles, os que passam fome, os que não têm empregos decentes,

os que foram abandonados pela educação e não acessam as universidades. Eles, os que nunca têm seus sonhos realizados, mas que persistem sempre. Eles, os que sobrevivem de luta e vivem de fé.

Eles, os que dormem noites curtas e se exaurem em dias longos. Eles, os que sempre suam por seus incertos e magros almoços, que nunca são grátis.

Eles, os que não jogam na Bolsa, não especulam com o dólar e não vivem do rentismo propiciado pelas imoderadas taxas de juros. Ele, o fantástico povo bra-

sileiro, nosso principal ativo humano, econômico e político. Nossa salvação coletiva.

Ele, eles e elas, argumentava naquele artigo, estavam chegando aos lugares antes acessíveis apenas a uma minoria de privilegiados. Eles estavam chegando, graças ao governo Lula, aos mármore dos aeroportos. Voando pela primeira vez. Chegando ao fino papel dos títulos universitários. Os primeiros doutores dos filhos da pobreza.

Eles estavam chegando ao século 20 por meio do fornecimento de energia elétrica. Saindo das

trevas pela primeira vez. Vendo os rostos adormecidos dos filhos pela primeira vez. Eles estavam chegando, ao mesmo tempo, ao século 21, pela via da inclusão digital, pela primeira vez. Eles estavam chegando ao mercado de consumo, ao emprego decente e ao salário suficiente. A igualdade racial avançava pela Lei de Cotas e por ações afirmativas. Cidadãos de verdade, pela primeira vez. Brasileiros de um Brasil para todos e todas, pela primeira vez.

Mas isso desagradava os ideólogos das assimetrias, os “kids pretos” da desigualdade, que viam com um misto de temor e ódio esse processo libertador e civilizatório.

Pois bem, após um longo retrocesso causado pelo golpe, pelo domínio de uma agenda política francamente reacionária e por um governo de tintes nazistoides, aquele processo libertador e virtuoso se repete, agora, no terceiro governo Lula.

Democraticamente, o Brasil se levantou, sacudiu a poeira e o mofo de uma agenda antipopular e autoritária, derrotou a tentativa de golpe, reafirmou o Estado de Direito e “deu a volta por cima”.

Eles e elas estão voltando. Eles estão voltando a sair da pobreza e da miséria. As taxas de desigualdade, desemprego e pobreza do país estão entre as menores da história. Com efeito, a pobreza e a extrema pobreza no Brasil registraram, em 2023, os menores índices da série histórica iniciada em 2012, conforme o IBGE. Pela primeira vez, a extrema pobreza ficou abaixo de 5%, caindo para 4,4%, o que representa 9,5 milhões de pessoas. Eles estão voltando à saciedade. Saindo da fome de novo.

Apenas em 2023, cerca de 13 milhões de pessoas saíram da condição de fome no Brasil, o que representa uma redução de mais de 30% da insegurança alimentar

total do país. Em breve, o Brasil deverá sair, novamente, do Mapa da Fome da ONU.

Eles estão voltando ao emprego. A taxa de desemprego no terceiro governo Lula caiu para apenas 6,1%, a menor da nova série histórica do IBGE. Hoje, temos também a maior quantidade de trabalhadores ocupados. A massa salarial também atingiu um recorde histórico, de R\$ 332,7 bilhões.

Deve-se ressaltar que, entre janeiro e setembro de 2024, a quantidade de novos empregos na indústria cresceu 75% em relação a 2023, e mais da metade deles foram ocupados por trabalhadores jovens. O Brasil subiu 30 posições no ranking mundial de crescimento da produção industrial. A indústria brasileira se destaca no crescimento do PIB, que foi de 3,2% em 2023 e deve alcançar 3,6% em 2024.

O plano Nova Indústria Brasil está retomando o processo de industrialização, e o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), instituição por mim dirigida, já aprovou créditos com uma média de R\$ 190,6 bilhões nos dois últimos anos, contra a média de R\$ 92 bilhões dos quatro anos do governo anterior. O volume de crédito aprovado nestes dois anos de governo Lula já é superior aos quatro anos anteriores, sendo mais de R\$ 171 bilhões para a indústria, com recorde histórico do financiamento para a inovação e a liderança do setor de alto valor agregado, como a indústria aeronáutica, a farmacêutica e a automotiva.

Com Lula, rumamos para deixar de ser apenas o maior produtor-exportador de alimentos e estamos revertendo a primarização da nossa economia. Avançamos para oferecer empregos de qualidade e renda mais elevada para a população.

De fato, eles estão voltando também à renda e ao consumo.

Com a volta do emprego, a valorização do salário mínimo e o fortalecimento de programas sociais, como o Novo Bolsa Família, eles estão voltando a constituir um amplo mercado interno de consumo de massa, aquecendo muito as vendas do nosso comércio.

Com isso, as vendas do varejo aumentaram 12,2% em 2024 e, no último Natal, cresceram nada menos que 5,5% nos shoppings em relação ao anterior, que já havia mostrado recuperação. Elas e eles voltaram para deixar cheias as lojas. Tudo isso estimula a nossa economia. Com elas e eles voltando, os investimentos voltaram também e já atingiram a taxa de 17,6% do PIB.

O Brasil com Lula voltou a ter a confiança do mundo. Lideramos o G20 e vamos estar à frente do Brics e da COP 30.

O desmatamento da Amazônia atingiu a menor taxa dos últimos nove anos. No Pantanal, a redução estimada foi de 77,2% entre meados de 2024 e meados de 2023. Além disso, o Brasil lidera o G20 em energia limpa e renovável, graças ao BNDES, que, segundo a Bloomberg, foi o banco que mais financiou energia limpa na história. Esse esforço contribuiu para que nosso país passasse a ser o segundo maior receptor de investimentos estrangeiros diretos do mundo. O planeta vê o potencial sólido do nosso país e sua liderança no enfrentamento da grave crise climática.

Com o crescimento, o consumo e os investimentos voltando, as receitas também voltaram. Em novembro deste ano, a arrecadação federal atingiu R\$ 209,2 bilhões, o maior valor para o mês desde 2013 e 11,2% superior ao mesmo período de 2023. A reforma tributária, aguardada por 40 anos, deverá aprofundar esse processo, com mais racionalidade.

Com eles e o crescimento, o consumo e os investimentos vol-



Aloizio Mercadante,
presidente do BNDES

tando, a tendência é que o Brasil se reequilibre cada vez mais do ponto de vista fiscal e que nossa dívida adquira um perfil perfeitamente sustentável, como certamente acontecerá com as novas medidas econômicas e a nova gestão do Banco Central.

A inflação, apesar da campanha de pânico introduzida pelos interessados no rentismo imoderado, está sob controle. O IPCA deve ser de 4,9% em 2024 e cair, segundo as projeções do Banco Central, para 4,5% em 2025. A inflação não voltou, apesar do impacto das inundações no sul e da seca histórica no Centro-Oeste e no Norte.

Não há ganância nem descontrole. O governo Lula herdou um pesado passivo fiscal de um governo negacionista que nunca cumpriu o teto de gastos e promoveu um populismo fiscal eleitoral sem precedentes na história do país. O déficit do governo anterior, em valores correntes, foi de R\$ 88,9 bilhões em 2019, R\$ 745,3 bilhões em 2020 e R\$ 35,9 bilhões em 2021 —em 2022, houve um superávit maquiado de R\$ 54,9 bilhões, decorrente do calote nos precatórios, de R\$ 95 bi, e no

ICMS dos estados, de R\$ 80 bi.

A equipe econômica de Fernando Haddad tem feito um trabalho incansável para recuperar as finanças públicas e reduzir o ritmo de expansão dos gastos obrigatórios para preservar os investimentos públicos, com resultados muito expressivos e promissores. Em 2024, o déficit primário deve ser de apenas 0,1% do PIB, segundo o ministro, excluído o eficiente e indispensável empenho na recuperação do Rio Grande do Sul, que sofreu a maior catástrofe natural da história do Brasil.

O que há é uma intolerância ideológica e uma campanha política para tirar os pobres do Orçamento e manter privilégios inaceitáveis. Tirar os pobres e continuar a eximir os ricos dos devidos impostos. Tirar os pobres e manter um rentismo injustificável e incapaz de promover o desenvolvimento. Tirar os pobres e investir na “parlamentarização” opaca e ineficiente da gestão orçamentária. Essas são questões fundamentais que o país e sua democracia têm de decidir.

Mas quem apostar contra esse novo Brasil que está ressurgindo irá perder. Quem assim o faz está

do lado errado da história e na contramão das tendências mundiais, que apostam no combate às assimetrias econômicas e sociais, no controle do rentismo financeiro e em um novo e dinâmico papel do Estado na economia, com sustentabilidade ambiental e enfrentamento da crise climática.

Por tudo isso, o investimento na preservação do meio ambiente e em nossa própria gente é o melhor investimento a ser feito. É um investimento que produz inúmeros benefícios econômicos, ambientais e sociais. Na realidade, é um investimento que beneficia todo o mundo, não apenas os pobres e necessitados. Não é “ganância”, é investimento no futuro do Brasil.

Só os que ainda olham o país pelo retrovisor do crescimento predatório e da ideologia da desigualdade e da exclusão não conseguem perceber essa verdade fundamental. Até mesmo a democracia se beneficia muito desse investimento, pois os processos democráticos só se consolidam quando todas e todos têm oportunidades, emprego, saúde, segurança e educação. Quando todas e todos são cidadãos de verdade. Quando todas e todos têm esperança em um futuro melhor.

Quando a esperança volta, o ódio, o grande inimigo atual da democracia, some. Lula, pouco antes de assumir seu terceiro mandato, disse ao mundo que o Brasil tinha voltado.

De fato, o Brasil voltou. Voltou para inspirar o planeta com seu exemplo de solidariedade, de justiça social, de combate à pobreza e à fome, de busca do equilíbrio ambiental e de paz. Mas o Brasil voltou porque eles estão voltando.

O Brasil voltou porque o povo brasileiro voltou. Voltou ao lugar que lhe cabe no país e na história e, desta vez, não podemos retroceder. Eles estão voltando para ficar. ■



Agência Brasil

Chacina em Tremembé: governo federal atua para garantir justiça e proteção aos assentados

Ataque brutal a lideranças do MST acende alerta para a segurança no campo e mobiliza ações do governo Lula e autoridades nacionais

Redação Focus Brasil

A chacina ocorrida no assentamento Olga Benário, em Tremembé (SP), na noite de 10 de janeiro, abalou o país e gerou uma resposta imediata do governo federal. O ataque resultou na morte de dois integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem

Terra (MST) e deixou seis feridos. Em reação, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva determinou o envolvimento direto da Polícia Federal (PF) e expressou solidariedade às vítimas e suas famílias.

Ataque brutal e resposta das autoridades

Os dois mortos, Gleison Barbosa, de 28 anos, e Valdir Nascimento, de 52, estavam reunidos com outros assentados quando crimi-

nos invadiram o local e abriram fogo. O assentamento, regularizado há duas décadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), abriga 20 famílias que lutam pela permanência na terra.

No sábado (11), o presidente Lula entrou em contato com Gilmar Mauro, coordenador nacional do MST, reafirmando seu compromisso com a investigação do caso e determinando ações



Dois assentados foram baleados e não resistiram: Valdir do Nascimento, o Valdirzão, de 52 anos, e Gleison Barbosa de Carvalho, 28. Nascimento era uma das lideranças do assentamento

enérgicas. No mesmo dia, o Ministério da Justiça ordenou que a PF instaurasse um inquérito e enviasse uma equipe especializada ao local para conduzir as investigações.

A Polícia de São Paulo prendeu Antônio Martins dos Santos Filho, conhecido como “Nero do Piseiro”, identificado como mentor do crime. Um segundo suspeito, Ítalo Rodrigues da Silva, está foragido. A motivação do ataque estaria relacionada a interesses imobiliários na área.

Repercussão e apoio do governo federal

Ministros do governo Lula, incluindo Paulo Teixeira (Reforma Agrária) e Macaé Evaristo (Direitos Humanos), viajaram à região para prestar assistência e acompanhar os desdobramentos. Eles também participaram dos funerais das vítimas e dialogaram com as lideranças locais para reforçar o compromisso do governo com a

proteção dos assentados.

O Ministério dos Direitos Humanos ressaltou a necessidade de fortalecer políticas de proteção a defensores de direitos humanos, alertando para os riscos crescentes enfrentados por lideranças do campo.

Interesses e disputas no Olga Benário

O assentamento Olga Benário, localizado em uma área cobiçada no Vale do Paraíba, é alvo constante de pressões de especuladores imobiliários. O MST denunciou que o ataque é parte de uma escalada de ameaças e intimidações contra as famílias assentadas, que resistem à venda ilegal de lotes na região.

Em nota, o MST classificou o crime como um “atentado contra a reforma agrária e os direitos humanos”. O Partido dos Trabalhadores (PT) também se pronunciou, exigindo ação enérgica das autoridades estaduais e federais

para punir os responsáveis e desarticular as redes criminosas por trás do ataque.

Investigação em andamento

A Polícia Civil, em parceria com a PF, segue investigando o caso. “Nero do Piseiro” confessou o crime e colaborou ao indicar o paradeiro de outros envolvidos. O delegado Marcos Ricardo Parra destacou a gravidade e a violência do ataque, reforçando a necessidade de medidas firmes para garantir justiça.

Enquanto isso, o governo federal reforça seu apoio às famílias do assentamento, buscando garantir segurança, justiça e a continuidade da luta pela reforma agrária. A resposta imediata às atrocidades em Tremembé reflete o compromisso do governo Lula em proteger os direitos humanos e combater a violência no campo. ■



Eleição para nova Mesa Diretora da Câmara será realizada no dia 1º de fevereiro

Cronograma para formalização dos blocos parlamentares, para a escolha dos cargos da Mesa e o registro das candidaturas será divulgado nesta semana

Agência Câmara

A eleição para a presidência da Câmara dos Deputados e para os demais cargos da Mesa Diretora foi marcada para o dia 1º de fevereiro, sábado. O mandato é de dois anos e, para ser eleito, o candidato precisa de maioria absoluta dos votos em primeira votação (257) ou ser o mais votado no segundo turno. O início da primeira sessão preparatória, na qual será eleito o presidente,

está marcado para as 16 horas, no Plenário Ulysses Guimarães.

O cronograma para formalização dos blocos parlamentares, para a escolha dos cargos da Mesa e o registro das candidaturas será divulgado nesta semana.

Blocos

Os blocos parlamentares, cujo objetivo é aumentar a representatividade na composição dos órgãos da Casa, são formados no dia 1º de fevereiro do primeiro ano da nova legislatura e valem para a distribuição das presidências das comissões pelos quatro anos se-

guintes.

Já para a eleição da Mesa Diretora, que é feita a cada dois anos, podem ser formados novos blocos para composição dos cargos pelos partidos.

Candidatos

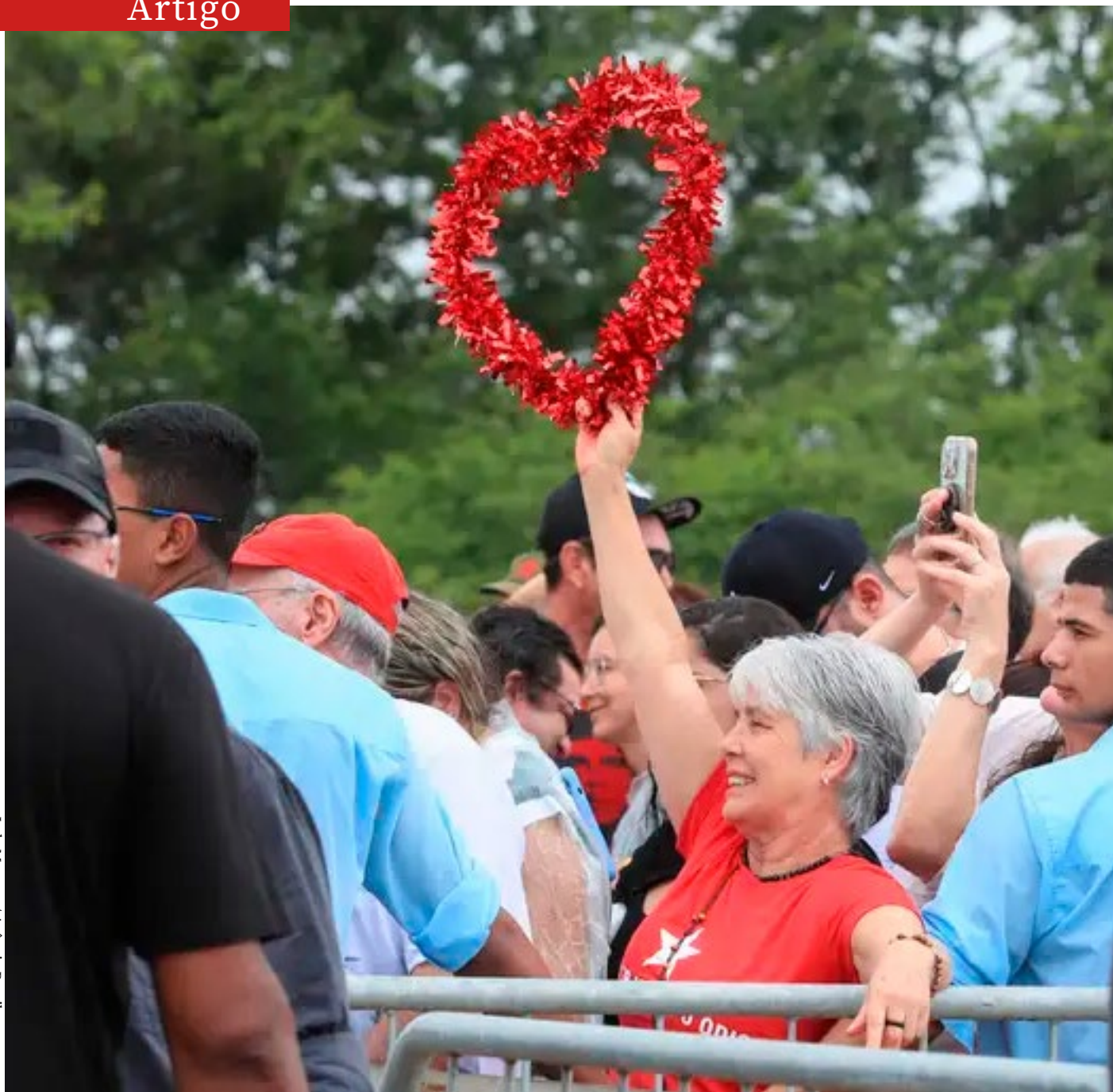
Os deputados Hugo Motta (Republicanos-PB) e Pastor Henrique Vieira (Psol-RJ) são, até agora, os dois deputados que se declararam oficialmente como candidatos à presidência da Câmara.

Hugo Motta é médico e foi eleito deputado federal pela primeira vez em outubro de 2010. Ele é titular da Comissão de Finanças e Tributação. Em 2015, foi presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investigou denúncias de corrupção na Petrobras e, em 2023, foi relator da PEC dos Precatórios, que limitou o valor de despesas anuais com precatórios. É autor de 32 projetos de lei e de 18 propostas de emenda à Constituição.

Henrique Vieira é ator, poeta, professor e pastor da Igreja Batista. Tem 37 anos e está em seu primeiro mandato como deputado federal. Integrou a CPI que investigou os atos golpistas de 8 de janeiro. Já foi vice-líder do governo e integrante de diversas comissões na Casa. É autor do Projeto de Lei 2753/24, que inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade de aulas de prevenção a abusos sexuais.

Mesa Diretora

A Mesa Diretora é responsável pela direção dos trabalhos legislativos e dos serviços administrativos da Casa. Entre suas atribuições, também está a promulgação de emendas à Constituição, juntamente com o Senado. A Mesa compõe-se da Presidência (presidente e dois vice-presidentes) e da Secretaria — formada por quatro secretários e quatro suplentes.



Luiza Marques/ Agência Brasil

Desafios às forças progressistas em 2025

Frei Betto aborda desafios que considera prioritários para a discussão política no Brasil: a comunicação no governo, a batalha ideológica, o fenômeno do empreendedorismo e o fator religioso

Meu primeiro impulso foi intitular este texto de “desafios à esquerda”. Logo me dei conta de que, hoje em dia, resta pouco do que considero esquerda – que se empenha na superação do sistema capitalista.

Adoto “forças progressistas” porque a expressão inclui anti-bolsonaristas, apoiadores do atual governo Lula, os que se empenham para manter e ampliar a democracia formal, malgrado seu paradoxo de socializar a esfera política (sufrágio universal) e privatizar a econômica, excluindo a maioria da população brasileira de condições dignas de existência (moradia, saúde, educação, cultura, oportunidades de trabalho, que resulta em redução significativa do desemprego etc.).

Abordo em seguida os desafios que considero prioritários, a comunicação no governo, a batalha ideológica, o fenômeno do empreendedorismo e o fator religioso.

1 - A comunicação do governo

Embora haja grandes feitos em apenas dois anos de governo Lula, após quatro de desmontes promovidos pelo governo Bolsonaro, poucos sabem que, em 2023, a economia brasileira cresceu 2,9% (alcançou R\$ 10,9 trilhões), e em 2024, 3,5%; a renda dos trabalhadores aumentou 12% e consequentemente também o consumo das famílias; o programa Bolsa Família passou a atender 21,1 milhões de famílias (1 milhão a mais que em 2022); recuperação do salário mínimo acima da inflação (embora o ajuste fiscal tenha limitado o crescimento real a

2,5%. Em 2025 deveria ser de R\$ 1.528 e passa a R\$ 1.518); reestruturação do IBAMA e da FUNAI; o novo programa Pé de Meia (que beneficia 3,9 milhões de estudantes do ensino médio); a instalação de mais de 100 unidades dos Institutos Federais; o programa Mais Médicos, que atende populações mais vulneráveis, conta, atualmente, com quase 25 mil médicos contratados pelo governo federal; e o protagonismo do Brasil no cenário internacional (Brics, G20, COP 30 etc.). Haveria muito mais a destacar.

Apesar de tantos avanços, o governo falha na comunicação. Até agora não soube montar uma trincheira digital capaz de superar a influência da extrema-direita nas redes. Pesquisas indicam que 76% dos brasileiros se informam por redes digitais e sites de notícias.

A guerra digital exige um número expressivo de profissionais dedicados à comunicação digital, com a possibilidade de formar grandes influenciadores. O fenômeno eleitoral Pablo Marçal, que não dispunha sequer de um minuto de propaganda na TV, deveria servir para alertar sobre a importância dessa ofensiva.

2 - A batalha ideológica

Outro fator que julgo importante para que as forças progressistas não venham a ser derrotadas pelos neofascistas na eleição presidencial de 2026 é a batalha ideológica.

Convém lembrar que o fim da ditadura militar, em 1985, não resultou de suas inerentes contradições. Pesaram sobretudo o desgaste ideológico com as frequentes denúncias de violações de direitos humanos, o testemunho de ex-presos políticos e de familiares de mortos e desaparecidos, a pressão internacional pela redemocratização do Brasil, e as grandes mobilizações populares

como a Passeata dos Cem Mil, as greves operárias do ABC paulista e as concentrações pelas Diretas Já!

Hoje, a esquerda se encontra órfã de referências ideológicas. Elas se multiplicavam antes da queda do Muro de Berlim (1989). Países socialistas serviam de parâmetros às utopias libertárias. O estudo do marxismo e a sua aplicação nas análises da realidade vigoravam. Havia uma militância aguerrida que atuava voluntariamente nas campanhas eleitorais. A extrema-direita se sentia acuada e a polarização da esquerda se dava com a social-democracia.

Isso acabou. Os tempos são outros. E sombrios. A direita se encontra em ascensão eleitoral no mundo. Sua máxima expressão, Donald Trump, ocupa o cargo mais poderoso do planeta. A direita passou a fazer intensa (des)educação política do povo, enquanto as forças progressistas deixaram Paulo Freire dormir nas prateleiras.

As forças progressistas perderam a capacidade de promover grandes mobilizações populares diante da falta de educação política do povo, da excessiva burocratização dos partidos progressistas, da perda de referências históricas e do esgarçamento do movimento sindical.

3 - Empreendedorismo

O fenômeno do empreendedorismo não é novo. A novidade é ter se tornado um modismo para as classes populares. Vários fatores concorrem para isso: retrocessos e perda dos direitos trabalhistas, precarização das relações de trabalho, desarticulação das estruturas sindicais, supremacia da financeirização sobre a produção, esgarçamento das relações sociais provocado pelas redes digitais etc.

O neoliberalismo, em sua era digital, mina as relações corpora-

tivas. A uberização das condições de trabalho e a síndrome dos influenciadores internauticos, bem como a monetização das redes, criam a ilusão de que todos podem ascender socialmente sem muito esforço. Basta ousar ser patrão de si mesmo. É a nova versão do self-made man.

Outrora a elite era constituída pela nobreza. Na medida em que os títulos nobiliárquicos foram sendo substituídos pelos títulos da Bolsa de Valores, o sangue azul cedeu lugar aos milionários que alcançaram o topo da pirâmide social graças ao empreendedorismo.

Há que crescer a isso a despolitização da sociedade, agravada desde a queda do Muro de Berlim. Como falar de sociedade pós-capitalista se o socialismo real fracassou? Como incutir nas novas gerações a consciência crítica se o marxismo já não está em voga? Como ampliar o espectro social e eleitoral das forças progressistas se elas abandonaram o trabalho de base?

São desafios que ainda não encontram respostas. E a falta de respostas acelera a ascensão da direita. Faz com que se repitam fatos surpreendentes, como a vitória de Lula sobre Bolsonaro, nas eleições de 2022, por apenas pouco mais de 2 milhões votos, em um universo de 156 milhões de eleitores. Ou a reeleição de Trump em 2024, vitorioso no colégio eleitoral e no voto popular.

Hoje, o eleitor, desprovido de consciência de classe, de relações corporativas (como as sindicais) e imunizado pelos impactos da grande mídia graças às suas bolhas digitais, busca eleger quem lhe possa garantir um lugar ao sol na praia das oportunidades. Na falta de referências revolucionárias (Vietnã, Sierra Maestra, figuras como Mao Tsé-Tung e Fidel) ele vota pensando, primeiro, na prosperidade individual, e não

coletiva.

Os eleitores pobres manifestam seu inconformismo ao dar apoio aos que ostentam a bandeira da “antipolítica”. Decepcionados com os políticos tradicionais, preferem os arrivistas, os messiânicos, os que ousam contrariar o perfil da institucionalidade política e se glamourizam pelo histrionismo.

Convém ressaltar que aqueles que se encontram sociologicamente na pobreza não mais se consideram pobres. Para eles, pobres são aqueles que vivem em situação de rua. Um episódio demonstra bem o que assinalo: durante a campanha eleitoral à prefeitura de São Paulo, em 2024, um líder do MTST visitou uma invasão urbana. Não se tratava de ocupação. Um terreno privado havia sido invadido por inúmeras pessoas induzidas por um espertalhão que cobrou por cada espaço em que barracos precários foram erguidos.

Na conversa com um dos invasores, o líder do movimento social indagou como ele se sentia naquela situação de pobreza. O cidadão, vendedor ambulante, reagiu: “Não sou pobre. Tenho um terreno, uma casa e paguei por esse espaço.” Espaço que, com certeza, passado o período eleitoral, o dono da área pedirá reintegração de posse e todos serão expulsos dali pela Polícia Militar.

4 - O fator religioso

Outro importante fator que explica como a esquerda perdeu a mística e a direita “saiu do armário” é a inversão da motivação religiosa. Entre as décadas de 1970 e 1990, a principal rede de organização e mobilização popular no Brasil eram as CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) e as pastorais populares, inspiradas pela Teologia da Libertação. Isso foi desmantelado com os 34

anos (1978-2013) de pontificados conservadores de João Paulo II e Bento XVI. Coincidiu com o espantoso crescimento das Igrejas evangélicas, cuja maioria de fiéis faz uma leitura salvacionista da Bíblia (pauta de costumes) e não libertária como faziam as CEBs.

A Igreja Católica, que havia feito “opção pelos pobres”, viu os pobres optarem pelas Igrejas evangélicas, nas quais encontram acolhimento e suporte social, inexistentes na maioria das paróquias católicas. Acresce-se a isso o erro de os legisladores brasileiros isentarem as Igrejas de pagar impostos como IPTU, ISS e imposto de renda sobre díizimos e doações. Assim, muitas novas Igrejas surgem para facilitar a lavagem de dinheiro...

As forças progressistas, acudadas pelo fundamentalismo religioso dotado de inegável poder eleitoral, ainda não sabem como enfrentar esse fator que constitui o substrato cultural de nosso povo. E o governo não encontrou ainda uma estratégia que se contraponha ao fenômeno do conservadorismo religioso, cujo impacto cultural e político é significativo.

Em resumo, a direita pode, sim, vencer as eleições presidenciais de 2026 caso o governo Lula e as forças progressistas não recalibrem suas estratégias na comunicação, nas trincheiras digitais, na educação política da população, na questão religiosa, no trabalho de base dos partidos políticos progressistas.

Políticas sociais, por mais necessárias e eficientes que sejam, não mudam a cabeça do povo. Só uma ofensiva cultural, ideológica, será capaz de disseminar na população brasileira um novo consenso progressista como o que elegeu Dilma Rousseff duas vezes e Lula, três.

Frei Betto é escritor e educador popular, autor de “Por uma educação crítica e participativa” (Rocco), entre outros livros. Livraria virtual: freibetto.org



Curso de História e Política da FPA tem aula inaugural com Zé Dirceu

Ex-ministro falou sobre “A luta política pelo futuro”; iniciativa segue com inscrições abertas

Henrique Nunes

Criado para apresentar os motivos da ascensão da extrema-direita no Brasil e no mundo e propor caminhos para o futuro da esquerda, o curso História e Política III, da Fundação Perseu Abramo, já deu mostras do que os alunos aguardam adiante.

Em sua aula inaugural, ocorrida no dia 9 de janeiro, o encarregado para abordar um dos tópicos do tema foi o ex-ministro da Casa Civil e ex-presidente do PT, José Dirceu.

O dirigente fez uma espécie de

palestra sobre “A luta política pelo futuro”, recuperando movimentos históricos do século 20 que endossam a longevidade da polarização entre campos progressistas contra setores conservadores da sociedade, sempre tendo os Estados Unidos como principal player global.

“Quem tem a hegemonia do mundo ainda são os Estados Unidos. Não só militar. Já teve a hegemonia da cultura e da informação e agora a hegemonia das big techs. Isso é o agravamento e consolidação dessa hegemonia. Ela acompanha a evolução tecnológica das redes e impõe uma nova hegemonia cultural com viés de extrema direita”, afirmou.

Dirceu também falou sobre o esgotamento de um modelo que levou a vitória da esquerda em vários países da Europa e da América Latina, em especial aqui no Brasil.

“Isso nos leva a pensar que para continuar no governo precisamos de novas bases de alianças e novas bases sociais. Por isso, mais uma vez as questões cultural e religiosa, sobretudo nas redes, se tornam fundamentais no embate entre esquerda e extrema direita. É preciso entender os desdobramentos políticos para realizar esse enfrentamento”.

O curso

Em cada módulo do curso, um dos subtemas relacionados à ascensão da extrema-direita será proposto pelos professores convidados. Nomes como o dos professores Márcio Pochmann e Lincoln Secco, que também é um dos coordenadores do curso, fazem parte do corpo docente da iniciativa.

O curso é dividido em quatro módulos: As condições para a emergência da extrema-direita; Os conteúdos da extrema-direita; A extrema-direita e a luta pela hegemonia; e A extrema-direita na ação.

Na aula final, a presidenta do PT, Gleisi Hoffmann, fala sobre o enfrentamento à extrema-direita. São 14 aulas ao todo, sempre às quintas-feiras.

O curso é coordenado e organizado pela coordenadora executiva da Formação da FPA, Juliana Foennges, e pelos professores Jorge Branco e Lincoln Secco.

Para assistir a aula ao vivo, acesse o canal da Fundação Perseu Abramo no Youtube. Ative o sininho de lembrete para receber uma notificação poucos minutos antes do início da aula.

As aulas ficam disponíveis na plataforma EaD.

[Inscrições abertas.](#) ■



Curso sobre “modo petista de ação parlamentar” está com inscrições abertas

Serão quatro encontros online com duas horas de duração a partir do dia 18 de janeiro; professores acumulam experiência legislativa. O curso é destinado a parlamentares eleitos e assessorias

Fernanda Otero

A Escola Nacional de Formação do PT, em parceria com a Fundação Perseu Abramo (FPA), promove o curso “Modo petista de ação parlamentar - Construindo a luta” destinado aos

vereadores e vereadoras eleitos e suas respectivas assessorias. Os encontros virtuais síncronos de caráter nacional acontecerão aos sábados no período da manhã com duração de duas horas totalizando quatro módulos começando no dia 18 de janeiro.

A Focus conversou com Alexandre Macedo de Oliveira, diretor da FPA e da Escola Nacional

de Formação sobre o curso. Para Oliveira, a atividade expressa a necessidade manifestada durante o processo eleitoral. “Os próprios vereadores e vereadoras, enquanto ainda eram candidatos e até mesmo pré-candidatos, solicitaram muitos cursos de formação para candidaturas”, explica o diretor.

Ainda segundo Alexandre, a ENF e a FPA se comprometeram a desenvolver programas de formação após as eleições, como uma ferramenta adicional para que os vereadores e vereadoras atuem de maneira cada vez mais eficaz nas câmaras e que o processo de formação “precisa ser permanente” e também ouvir. “Um dos principais objetivos da primeira etapa é realizar uma escuta ativa para pensar em processos formativos adequados a cada estado e território. Isso é necessário porque cada perfil de cidade terá demandas diferentes para a atuação dos vereadores”, diz o diretor.

Após esta primeira etapa de caráter nacional haverá nova formação regional com questões específicas de cada Estado, inclusive com atividades presenciais, “uma reivindicação justa vinda do interior do Brasil”.

Os encontros realizados no formato síncrono permitem uma interação enriquecedora, contando sempre com dois professores que são, necessariamente, vereadores. Um piloto com as vereadoras eleitas do Paraná foi a base para o modelo que será adotado. Os docentes podem ter sido reeleitos ou serem ex-vereadores que eventualmente não estejam no mandato atual, mas sua característica primeira é serem profissionais experientes na prática da vereança.

O Partido dos Trabalhadores elegeu 3.129 vereadores e vereadoras nas eleições de outubro; 68% dos eleitos estão em cidades com menos de 20 mil habitantes. Entre os eleitos, 1.841 serão par-

lamentares pela primeira vez. Os homens ainda são maioria e totalizam 2.347 petistas nas câmaras do país. Entre as 770 mulheres eleitas para o cargo, 3 são mulheres trans. Os estados com maior número de eleitos e eleitas são o Piauí (522), seguido pela Bahia (418), Ceará (385), Minas Gerais (368) e Rio Grande do Sul (361). O número de parlamentares eleitos às câmaras destes estados reflete o resultado da vitória do presidente Lula em 2022.

A jovem agricultora Valdejane de Souza, eleita como Valdejane do Sindicato, do município de Acauã, no Piauí, está muito otimista com a formação. Ela espera que o curso traga mais força para atuação legislativa com uma perspectiva de futuro do partido. “Estamos em busca de mais projetos para fortalecer, acima de tudo, a representação do nosso município e do nosso partido. Reconhecemos que, no passado, nosso partido estava praticamente apagado no município, sem representação. No entanto, agora, com a graça de Deus, conseguimos eleger dois vereadores. Seguimos com a expectativa de, quem sabe, daqui a quatro anos, conquistar a eleição de um prefeito ou até mesmo de um vice-prefeito”, declarou Valdejane.

Pedro Rousseff, vereador eleito pela primeira vez em Belo Horizonte, convocou sua assessoria para participar do curso e destacou a importância da iniciativa. Vereador mais votado da história do Partido dos Trabalhadores (PT) em Minas Gerais, sobrinho da ex-presidenta Dilma Rousseff (PT), despontou durante as eleições de 2024 como renovação promissora. Ele recebeu mais de 17 mil votos da população de Belo Horizonte. Em sua avaliação, “o curso é muito importante para aprofundar as lutas dentro dos municípios”. ■



Nota do PT sobre os assassinatos no Assentamento Olga Benário

Com imensa tristeza e revolta, recebi a notícia do brutal atentado ocorrido na noite de sexta-feira, 10 de janeiro, contra as famílias do Assentamento Olga Benário, em Tremembé/SP. O ataque covarde tirou as vidas do companheiro Valdir do Nascimento (Valdirzão) e do jovem Gleison Barbosa de Carvalho, além de deixar seis pessoas feridas, incluindo crianças e idosos, que tiveram suas vidas colocadas em risco por criminosos armados.

Manifestamos nossa profunda solidariedade às famílias das vítimas e a todos os moradores do assentamento neste momento de dor. A violência que acomete nossos territórios, especialmente aqueles destinados à reforma agrária e à construção de um Brasil mais justo, é inaceitável e exige respostas enérgicas e imediatas.

Cobramos das autoridades competentes a investigação rigorosa e a punição exemplar dos responsáveis por este crime hediondo. Não podemos permitir que a insegurança e a violência continuem a assombrar as famí-

lias que lutam por terra, dignidade e um futuro melhor.

Este episódio escancara a urgência de construirmos um novo modelo de sociedade, fundamentado na paz, na justiça social e no combate às desigualdades. A reforma agrária, além de um instrumento de redistribuição de terras, é uma ferramenta de democratização e de enfrentamento às raízes da violência estrutural que permeia o campo brasileiro.

Aos nossos mortos, não ofereceremos um minuto de silêncio, mas toda uma vida de luta. Continuaremos firmes na defesa da reforma agrária e da vida digna para os trabalhadores e trabalhadoras do campo. Somente com políticas públicas efetivas e o fortalecimento da segurança nos territórios rurais será possível superar a violência e garantir justiça social.

Que a memória de Valdir do Nascimento e Gleison Barbosa de Carvalho fortaleça nossa caminhada coletiva por um Brasil livre da violência e repleto de esperança.

Rose Rodrigues
Secretária Agrária Nacional do Partido
dos Trabalhadores (PT)



A inflação de 2024

Senador avalia cenário econômico e reafirma o controle da inflação sob Lula

Beto Faro

O IBGE divulgou no dia 10 os resultados da inflação medida pelo IPCA, para o ano de 2024. Na véspera, aparentemente interrompendo um ciclo de valorização acentuada do dólar, por várias razões, incluindo ações especulativas coordenadas, a moeda americana apresentou redução drástica. Uma vez mais contrariando as projeções apocalípticas do mercado, o resultado fiscal de 2024 do governo federal apresentou uma melhora significativa em relação ao ano anterior (-1.41% do PIB contra 2.14% em 2023). Considere-se, ainda, que para o desespero daqueles que torcem e agem contra o Brasil, o crescimento da economia em 2024 poderá chegar a 3.6%.

Nesse contexto, que tende a se firmar e mesmo melhorar com a pose de Galípolo na presidência do Banco Central, o IBGE anunciou que a taxa dessazonalizada do IPCA no Brasil, foi de 4.83%; valor pouco acima da taxa de 2023, de 4,62% e, igualmente, um pouco acima do teto da meta de inflação estipulado em 4.50%.

Assim, temos um aumento discreto da inflação; nada que sugira descontrole, mas um efeito provável do dinamismo da economia e a desequilíbrios em grupos específicos de produtos. A propósito, não são poucos os economistas de matizes políticas diversas que consideram irrealista para as particularidades da economia brasileira, a ‘meta de inflação’ no patamar atual.

Em especial, os grupos que pressionaram a inflação foram ‘transporte’ e ‘alimentação no domicílio’, que inegavelmente constituem grupos de elevadíssima sensibilidade política e que, de fato, precisam de ações efetivas para equilibrar os respectivos preços.

Quanto à alimentação no domicílio, o IPCA dessazonalizado em 2024 foi de 8.22%, portanto, quase duas vezes maior que o IPCA Geral. Mais preocupante porque em 2023 a inflação da ‘comida em casa’ foi negativa (-0.52%), o que provocou forte impacto especialmente nas populações da base da pirâmide de renda. Entre os 30 produtos com as maiores altas nos respectivos preços em 2024, somente 4 não são alimentos.

O que também chama a atenção nos dados do IBGE é que en-

tre os alimentos essenciais com os maiores incrementos nos preços, estão alguns dos quais o Brasil é o maior produtor e exportador mundial dos produtos ou matérias primas. São os casos do café moído cuja inflação no ano foi de 39.6%; do óleo de soja com IPCA de 29.2%, além de vários tipos de carnes que apresentaram explosão nos preços em 2024, a exemplo do acém (25.2%); patinho (24.1%); pá (22.9%); lagarto (22.8%); etc.

Na região metropolitana de Belém a taxa de inflação em 2024 foi um pouco menor que a taxa nacional (4.7%). Porém, o IPCA da inflação no domicílio foi de 8.87%, portanto, acima da média nacional.

No geral, os alimentos com as maiores taxas de inflação na RM de Belém foram os mesmos observados a nível nacional.

No entanto, o aspecto que chama a atenção é a manutenção da inflação da hospedagem como reflexo inegável da aproximação da COP 30. Em 2024 o IPCA deste item foi de 24.6%, ou seja, mais de 5 vezes a taxa do IPCA geral na RM de Belém.

Também digno de nota é a continuidade da elevada taxa do IPCA do açaí que alcançou 23.9% em 2024, e assim, seguindo o processo de transformação da natureza do produto. De alimento básico da dieta das camadas mais pobres do nosso estado, o açaí vem sendo transformado em alimento do consumo das classes mais abastadas. Entendo que os governos do estado e federal devem pensar em ações comuns para resgatar o consumo de massa do açaí. De todo modo, com as ressalvas pontuais feitas, tanto no Brasil como na RM de Belém o processo inflacionário se mantém sob controle absoluto e preserva a renda do nosso povo. Quem continuar tentando sabotar a economia do Brasil vai continuar perdendo. ■



“Ainda estou aqui”: Fernanda Torres na mira da torcida pelo Oscar

Ainda Estou Aqui e o retorno do público às salas de cinema

Prêmios conquistados pelo filme de Walter Salles jogam luz sobre a produção audiovisual brasileira e lota salas de cinema

Henrique Nunes

Que Fernanda Torres é um fenômeno, a esta altura ninguém duvida. Antes mesmo de subir ao palco do Globo de Ouro, em Los Angeles, para receber o prêmio de melhor atriz e colocar o Brasil em frenesi com um misto de surpresa e felicidade, o longa *Ainda estou aqui*, protagonizado por Torres, já vinha fazen-

do história. Além de outras louvações em festivais, o longa chegou a 3,08 milhões de espectadores no fim de semana dos dias 4 e 5 de janeiro. Já Fernanda segue no “auge”, agora na corrida pelo Oscar.

Em termos de comparação, o longa *Cidade de Deus*, longa de Fernando Meirelles e Kátia Lund, que estreou nas telonas em 2002 e concorreu a quatro Oscar, registrou cerca de 3,05 milhões de espectadores.

Mas esta não é a única boa notícia vindo das salas de cinemas. Sequência do clássico de Ariano Suassuna, *O Auto da Compadecida 2*, dirigido novamente pela dupla Guel Arraes e Flávia Lacerda, manteve o histórico de sucesso nas bilheteiras brasileiras pela segunda semana consecutiva. O filme, com Matheus Nachtergaele e Selton Mello, já levou 2 milhões de espectadores aos cinemas e arrecadou 43,9 milhões de reais desde sua estreia, em 25 de dezem-



Divulgação

O auto da compadecida 2

bro. Os dados são da Comscore.

Embora grandes bilheteria de produções brasileiras sejam exceção e não um sintoma do momento do cinema nacional, as ótimas bilheteria destes dois “âncoras” têm tido um ótimo efeito de levar público às salas de cinema, o que contribui na reconstrução do hábito - e demanda mais investimentos e planejamento para o crescimento do setor, que se recupera agora da crise dramática causada pela pandemia e pela gestão Bolsonaro, que apagou o audiovisual brasileiro.

Um primeiro dado importante é um marco histórico: o recorde de 3.509 salas de cinema em funcionamento no país. Este número, divulgado pela Ancine em 1º de janeiro de 2025, supera as 3.478 salas registradas em 2019, antes da pandemia de Covid-19, que resultou no fechamento de quase metade das salas de cinema em 2020.

Além disso, o público brasileiro demonstrou maior interesse

pelo cinema nacional. Em 2024, o número de espectadores de produções brasileiras dobrou em relação ao ano anterior, com grandes bilheteria como “Ainda Estou Aqui” e “O Auto da Compadecida 2”. Considerando também as produções estrangeiras, mais de 121 milhões de pessoas frequentaram as salas de cinema no último ano, também fruto das políticas de incentivo à reabertura e ampliação do alcance.

Investimento do governo federal

O governo Lula lançou linhas de crédito por meio do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA), SA, o que possibilitou a recuperação do setor, impulsionando a abertura de novas salas em municípios do interior e periferias urbanas. De acordo com a Ancine, esses recursos estão financiando a construção de 156 novas salas em todo o país e a modernização de outras 84, visando a atualização tecnológica e a melhoria da experiência

dos usuários das salas.

As novas salas contemplaram 21 municípios que não contavam com cinema. Cidades como Monte Carmelo e Ponte Nova, em Minas Gerais, e Miracema, no Rio de Janeiro, ganharam suas primeiras salas, enquanto Viçosa, em Alagoas, celebrou a reabertura de um cinema que estava fechado há 30 anos.

Segundo o Ministério da Cultura, “esse crescimento reflete um compromisso com a descentralização do acesso ao audiovisual e a inclusão cultural, com soluções de acessibilidade, alcançando pessoas com deficiência visual e auditiva”. Cabe destacar ainda que, de acordo com o MinC, entre 2023 e 2024, o setor audiovisual recebeu investimentos federais de R\$ 4,8 bilhões, valor oriundo do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA) e de leis de incentivo geridas pela Agência Nacional do Cinema (Ancine). Soma-se a isso os R\$ 2,8 bilhões provenientes da Lei Paulo Gustavo. ■

Pesquisa holandesa detalha expectativa de vida de pacientes com demência

Uma pesquisa realizada no Centro Médico Universitário Erasmus, em Rotterdam, indica que 50% dos novos pacientes diagnosticados com demência sobreviverá por mais cinco anos após o diagnóstico da doença com diferenças significativas baseadas na idade dos pacientes.

Mais de 57,4 milhões de pessoas têm demência em todo o mundo, incluindo mais de 12,7 milhões na Europa, e espera-se que esse número cresça nas próximas décadas.

O estudo da expectativa de vida é bastante variável dependendo da localização, idade, gênero e outros fatores. As mulheres tendem a viver mais do que os homens. Aos 65 anos, as mulheres viviam em média mais oito anos, em comparação com 5,7 anos para os homens. Aos 85 anos, a expectativa de vida era de 4,5 anos para as mulheres e 2,2 anos para os homens, segundo a análise.

Quanto mais jovem a pessoa

é diagnosticada com demência, mais tempo ela é esperada viver. No entanto, mesmo assim, pacientes diagnosticados aos 65 anos viram sua expectativa de vida diminuir em até 13 anos, conforme apontou o estudo.

Em outubro de 2024, o poeta e letrista Antônio Cícero, membro da ABL, após ser diagnosticado com Alzheimer anos atrás, viajou a Zurique, na Suíça, com o companheiro Marcelo Fies para realizar o procedimento de morte assistida, permitida no país europeu. Ele deixou uma carta explicando a decisão onde declarou que sua vida se tornara insuportável desde o diagnóstico da doença.



Irlanda formaliza apoio contra Israel em acusação de genocídio

A Irlanda juntou-se ao caso de acusação de genocídio da África do Sul contra Israel, anunciou o Tribunal Internacional de Justiça (TIJ) na manhã do dia 7 de janeiro.

Em um breve comunicado à imprensa, o Tribunal informou que a Irlanda juntou-se à Nicarágua, Colômbia, México, Líbia, Bolívia, Turquia, Maldivas, Chile, Espanha e o Estado da Palestina para pedir que o TIJ possa intervir no caso.

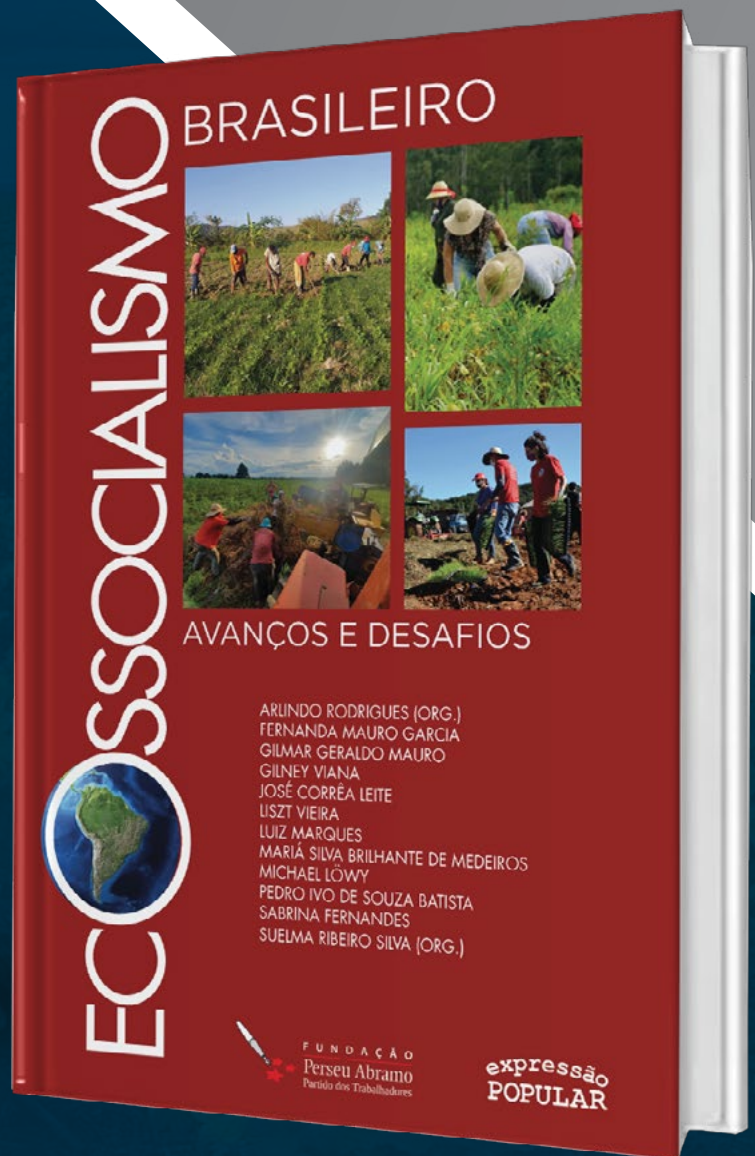
A África do Sul abriu um caso contra Israel em dezembro de 2023, acusando o país de cometer genocídio durante sua ofensiva permanente na Faixa de Gaza. Israel nega a acusação de genocídio e continua a contestar a África do Sul no tribunal.

A declaração da Irlanda não apresenta novas acusações contra Israel, mas se concentra no quadro jurídico para seu apoio no caso da África do Sul. Observando que a definição legal de genocídio requer uma “intenção de destruir, no todo ou em parte” uma população alvo, o documento submetido pela Irlanda argumenta que a intenção pode ser inferida “em qualquer caso em que uma pessoa razoável preveria que” o genocídio é “a consequência natural e provável dos atos do perpetrador.” Após o anúncio do apoio em dezembro de 2024, Israel convocou seu embaixador para deixar a ilha.

Um estudo revelado no último dia 9/01 na Revista The Lancet realizado por acadêmicos de Londres, no Reino Unido em parceria com a Universidade de Yale redimensionou o número de mortes que considera os eventos gerados por lesões traumáticas ocasionadas pelo conflito. Eles estimam que foram 64.260 desde o dia 7 de outubro de 2022, sendo que 59,1% eram mulheres, crianças e idosos com mais de 65 anos.

SAIBA MAIS SOBRE A **LUTA AMBIENTAL** INTERNACIONAL E BRASILEIRA

A segunda edição do livro **Ecosocialismo brasileiro – avanços e desafios** é uma leitura necessária! A realidade da crise climática nos obriga a encontrar respostas para a consolidação de um modelo de desenvolvimento voltado para a melhoria da qualidade de vida, distribuição de renda, acesso a serviços essenciais e a preservação das condições da regeneração ambiental.



ACESSE A VERSÃO ELETRÔNICA:

fpabramo.org.br/publicacoes/estante/ecossocialismo-brasileiro-avancos-e-desafios

Edição impressa disponível nas livrarias ou na loja virtual da coeditora, **Expressão Popular**.



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

**expressão
POPULAR**